



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Ana Carla Werneque Ribas

Saúde Mental e Superexploração da Força de Trabalho: análise das tendências na
produção do Serviço Social

Florianópolis

2019

Ana Carla Werneque Ribas

Saúde Mental e Superexploração da Força de Trabalho: análise das tendências na
produção do Serviço Social

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do título de mestre em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Ricardo Lara, Dr.

Coorientador: Prof. Mirella Farias Rocha, Dra.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Werneque Ribas, Ana Carla

Saúde mental e superexploração da força de trabalho :
análise das tendências na produção do Serviço Social / Ana
Carla Werneque Ribas ; orientador, Ricardo Lara,
coorientador, Mirella Farias Rocha, 2019.
101 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Saúde Mental. 3. Trabalho. 4.
Dependência. 5. Superexploração da Força de Trabalho. I.
Lara, Ricardo. II. Farias Rocha, Mirella. III.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Serviço Social. IV. Título.

Ana Carla Werneque Ribas

Saúde mental e superexploração da força de trabalho: análise das tendências na
produção do Serviço Social

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Lara, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Beatriz Augusto de Paiva, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Rachel Gouveia Passos, Dra.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Profa. Beatriz Augusto de Paiva, Dra.

Coordenadora do Programa

Prof. Ricardo Lara, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2019.

Este trabalho é dedicado a todos e a todas que lutam por uma sociedade sem manicômios.

AGRADECIMENTOS

Finalizar o curto-intenso caminhar do mestrado significa uma alegria imensa, mesmo que este fim esteja ocorrendo em um tempo de mares agitados. Nesse processo eu não poderia deixar de agradecer tantas “gentes” que estiveram comigo, lado a lado, compartilhando a dor e a delícia de estar no espaço da universidade pública brasileira, especialmente na atual conjuntura em que a educação vem sofrendo graves ataques em seu financiamento, assim como em sua autonomia didático-pedagógica.

Inicialmente quero agradecer a minha mãe Janete, por ter respeitado as minhas escolhas e sempre ter me apoiado.

Sou grata as minhas irmãs Ana Cláudia, Elaine, Érica e Débora que em meio a distância não pouparam esforços para me ajudar, inclusive contribuindo financeiramente com os meus estudos. Agradeço a cada uma pelo jeito particular que demonstram amor por mim! Amo vocês!

Aos meus irmãos Jobe e Jeferson que também significam muito para mim!

Aos meus sobrinhos que são luz na minha vida, especialmente ao pequeno Miguel por alegrar os meus dias com seu sorriso banguela.

Ao meu amor labirinto – Rafael Bozzetti, obrigado por todo apoio nestes dois últimos anos, pelos momentos leves e alegres compartilhados, por ter me ensinado a amar seres tão autênticos como são os gatos, como dizem por aí, gato é diferente, mas na verdade, gato muda a gente, por isso agradeço a companhia diária dos meus felinos: Shiva, Granola e Faísca.

As pessoas que me acolheram durante todo esse processo, formando uma grande família: à Rejane Bozzetti, à Gabriela, à Vanda, à Patrícia, ao Zé, à Joici, ao Gabriel, ao Norton e ao Paulo Guse, meu muito obrigado! Vocês são muito especiais!

Aos meus colegas de turma do Mestrado, em especial: ao Maicon, à Tereza Cristina e à Karoline, obrigado por todas as nossas conversas e abraços!

Aos participantes do Núcleo de Estudos e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e América Latina (NEPTQSAL) e ao Instituto de Estudos Latino-Americano (IELA/UFSC) por ter me proporcionado tanto aprendizado.

Aos meus amigos e profissionais em saúde mental que tive a alegria em trabalhar e me formar aprendendo diariamente com eles: à Vileide Euzébio, à Noris Stone, à Fernanda Luz e ao Sérgio Ribeiro. Como disse Belchior em uma de suas canções: “Amar e mudar as coisas me interessa mais!”.

Às minhas amigas Assistentes Sociais que desde 2010 mantemos laços de companheirismo e amor: à Adriana Perrone, à Catiani Cardoso, à Lisiane do Canto, à Juliana Fritzen, à Priscila Moro, à Marina Feltrin Dambros e à Tassiane Antunes.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que recebi durante todo o curso de Mestrado.

Aos mestres do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFSC), em especial aos professores Ricardo Lara meu orientador, à Beatriz Augusto de Paiva, à Simone Sobral e ao Jaime Hillesheim, pelas brilhantes aulas ministradas nos semestres de 2018.

Aos servidores da Secretaria do PPGSS/UFSC – à Gabriela Brasil e ao Salezio Schmitz que carinhosamente nos auxiliam nesta jornada, e ao José Pães servidor do Departamento de Serviço Social (DSS/UFSC) que gentilmente disponibilizou o material bibliográfico sendo possível assim desenvolvermos a nossa pesquisa.

À Mirella Rocha – Como versa Adélia Prado na poesia “Ensino” – “A coisa mais fina do mundo é o sentimento”. Agradeço imensamente a você por fazer parte da minha trajetória acadêmica, por ter aceitado ser coorientadora deste trabalho e por todo o suporte ofertado durante a elaboração desta dissertação. Sou grata também pela oportunidade em ter realizado estágio docência sob sua supervisão na disciplina “Economia do Brasil Contemporâneo” na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ) durante os meses de abril e maio de 2019, bem como por ter possibilitado a minha participação neste mesmo período nas reuniões do LECAD - Laboratório de Estudos “Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil”. E finalmente por ter me incentivado a participar do processo seletivo do doutorado em Serviço Social na UERJ e sobretudo por ter acreditado em mim, essa aprovação é fruto de um esforço coletivo. Obrigado por ser inspiração!

À Elaine Moreira por ter me recebido todas as vezes que precisei de abrigo no Rio de Janeiro, principalmente durante o interminável processo seletivo do doutorado na UERJ, muito obrigado por ser tão gentil e doce!

Agradeço a professora Rachel Gouveia Passos e aos demais membros da banca por terem aceitado o convite para participar da avaliação deste trabalho dando-nos a honra de suas valiosas contribuições.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes, que nem devia 'tá aqui'

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nóiz?

Alvos passeando por aí

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir a sobrevivência

É roubar o pouco de bom que vivi

Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes

É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir

(Emicida)

RESUMO

A presente dissertação é resultado de um estudo teórico que visa analisar a relação e a articulação entre saúde mental e trabalho na produção teórica do Serviço Social, tendo como ponto de partida a particularidade do desenvolvimento e da formação sócio histórica latino-americana, de modo singular, a brasileira. Como principal recurso metodológico, adotou-se a pesquisa bibliográfica, ademais realizou-se uma pesquisa empírica de natureza quanti-qualitativa, nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) e dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) no período de 2010-2018. O objetivo desta pesquisa é mapear as tendências da produção do conhecimento no Serviço Social sobre saúde mental e sua correlação com o trabalho, bem como problematizar as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas expressas nessas produções nos últimos oito anos. A hipótese investigativa é que a produção teórica do Serviço Social sobre a temática tende a desconsiderar os elementos estruturais e estruturantes, tais como o racismo, o patriarcado e a superexploração da força de trabalho no processo de sofrimento e adoecimento psíquico dos trabalhadores nestas latitudes— sustenta-se que tais elementos formam o chamado complexo da dependência que configura a formação social brasileira e o capitalismo dependente. Conclui-se a partir da pesquisa empírica que as produções teóricas pesquisadas abordam a temática a partir de uma visão eurocêntrica tendo como ponto de partida e chegada o desenvolvimento capitalista dos países centrais, desconsiderando os processos de vida e exploração dos trabalhadores desde a periferia do capitalismo.

Palavras-chave: Saúde mental e trabalho. Dependência. Superexploração da força de trabalho

ABSTRACT

The present dissertation is the result of a theoretical study that aims to analyze the relationship and articulation between mental health and work in the theoretical production of Social Work, having as its starting point the peculiarity of the development and the socio-historical formation in Latin America, in a unique way, the Brazilian. As the main methodological resource, the bibliographical research was adopted, in addition an empirical research of quantitative and qualitative nature was realized, in the annals of the National Meetings of Researchers in Social Work (ENPESS) and the Brazilian Congresses of Social Assistants (CBAS) in the period 2010-2018. The objective of this research is to map the trends of knowledge production in Social Work on mental health and its correlation with work, as well as to problematize the theoretical-methodological and ethical-political perspectives expressed in these productions in the last eight years. The investigative hypothesis is that the theoretical production of Social Work on the theme tends to disregard the structural and structuring elements, such as racism, patriarchy and overexploitation of the workforce in the process of suffering and mental illness of workers in these latitudes. These elements form the so-called dependency complex that shapes Brazilian social formation and dependent capitalism. It is concluded from the empirical research that the researched theoretical productions approach the theme from a Eurocentric view having as starting point and arrival the capitalist development of the central countries, disregarding the processes of life and exploitation of workers from the periphery of capitalism.

Keywords: Mental health and work. Dependency. Workforce overexploitation

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Edições pesquisadas do ENPESS.....	66
Quadro 2: Edições pesquisadas do CBAS.....	67
Quadro 3: Artigos selecionados para análise.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de trabalhos por eixo de análise – (ENPESS).....	68
Gráfico 2: Quantitativo de trabalhos por eixo de análise – (CBAS).....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS Atenção Primária a Saúde

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

CBAS Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina

ENPESS Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social

ESF Estratégia Saúde da Família

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IELA Instituto de Estudos Latino-Americanos

LBHM Liga Brasileira de Higiene Mental

MDB Movimento Democrático Brasileiro

NASF Núcleo de Atenção à Saúde da Família

NAPS Núcleo de Atenção Psicossocial

PCB Partido Comunista Brasileiro

PEC Proposta de Emenda à Constituição

PMF Prefeitura Municipal de Florianópolis

PSL Partido Social Liberal

PT Partido dos Trabalhadores

RAPS Rede de Atenção Psicossocial

RPB Reforma Psiquiátrica Brasileira

SISU Sistema de Seleção Unificada

SMRT Saúde Mental Relacionada ao Trabalho

TCC Trabalho de Conclusão de Curso

TMD Teoria Marxista da Dependência

TMC Transtorno Mental Comum

UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 DETERMINAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CAPITALISMO DEPENDENTE	26
2.1 Apontamentos analíticos sobre saúde mental e trabalho	26
2.2 O complexo da dependência e as opressões como elementos estruturais da formação socioeconômica brasileira.....	46
2.3 Superexploração da Força de Trabalho e os processos de expropriação do tempo de vida e suas implicações no âmbito político-social e da saúde mental dos trabalhadores	55
3 SAÚDE MENTAL e trabalho: ANÁLISE DA PRODUÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL.....	65
3.1 As tendências na pesquisa em saúde mental.....	68
3.1.1 Saúde mental e prática profissional do Serviço Social	70
3.1.2 Saúde mental: gestão, financiamento e avaliação	71
3.1.3 Saúde mental, Reforma Psiquiátrica e Política Social	71
3.1.4 Trabalho e Saúde mental na produção do Serviço Social.....	72
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A – Ficha de apontamento para trabalhos científicos	99

APRESENTAÇÃO

Ingresso nesta Universidade no ano de 2010, conjuntura em que estávamos vivendo o final do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores (PT) com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), bem como se encontrava em curso os sinais da crise econômica mundial – sua manifestação mais evidente ocorreu a partir de 2008, a qual incidiu em nosso país de forma contraditória (IASI, 2017) e com particulares consequências nos países dependentes (ROCHA, 2017).

Em meio a referida crise do capitalismo, tal cenário político acabou por estimular o debate sobre os rumos do desenvolvimento no país, para alguns autores como Sampaio Junior (2012) e Castelo (2012) esse tema volta à baila essencialmente no período dos governos do PT por meio da crítica à ideologia neodesenvolvimentista e pela necessidade de pensar os rumos da estratégia democrático-popular no Brasil (IASI, 2017).

Podemos afirmar que o momento histórico dos ciclos do governo PT foi um período extremamente contraditório e complexo, tendo em vista as estratégias e políticas adotadas, a partir das medidas de expansão econômica, que ao mesmo tempo que atende primordialmente as necessidades do grande capital, atende as demandas dos trabalhadores.

Localizamos nesse tempo histórico contraditório a inserção da pesquisadora no ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) – uma das medidas no âmbito da expansão da oferta de educação superior no país, desse modo, assistimos um impulsionamento do acesso na universidade pelos filhos e filhas da classe trabalhadora.

Nesse sentido, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pautamos o debate teórico-político sobre o tema da Universidade em sua relação com o capitalismo dependente, a necessidade de discussão desse tema advém das inúmeras inquietações que surgiram durante a participação no movimento estudantil, reflexo do referido tempo histórico. Pois bem, chegamos aqui a outro denominador muito importante em minha formação, para além do movimento estudantil – a descoberta da mirada latino-americana.

Essa experiência durante a graduação foi se fortalecendo a partir da bolsa de monitoria orientada pela prof. Mirella Rocha, no componente curricular “Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil”, durante o ano de 2011, bem como a partir da inserção no grupo de estudos “Veias abertas” (2011) e enquanto bolsista de extensão em dois projetos, são eles: “Formação

de jovens: um caminho Mitãrusu MBO'EPY:Peteî Tape” (2012-2013) e “Nova metodologia de Trabalho com famílias no SUAS: participação popular e autonomia” (2014), ambos coordenados pela Prof. Beatriz Augusto Paiva no Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC) – percurso que nos levou a estudar autores do pensamento social latino-americano e da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Ao finalizar a graduação, no ano de 2016 me inseri na Residência Multiprofissional em Saúde da Família, curso de pós-graduação na modalidade *latu-sensu* ofertado pelo Ministério da Saúde em convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis e Universidade do Estado de Santa Catarina (PMF/ UDESC).

No cotidiano do trabalho na Residência, percebemos uma demanda muito alargada para o atendimento em saúde mental, assim como a busca por soluções no campo da medicalização e muitos relatos de sofrimento psíquico. O contexto da prática profissional nos despertou o interesse pela saúde mental nos levando a realizar o estágio optativo pelo pequeno período de trinta dias no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II Ponta do Coral.

Tendo em vista que o processo de adoecimento psíquico não ocorre de maneira estanque aos processos e as determinações macrossocietárias, e considerando que a superexploração da força de trabalho constitui o núcleo central da reprodução do capitalismo dependente na América Latina, isto é, delimita a forma fundamental de produção de mais-valia nessas latitudes, sendo determinante para o caráter extremo das contradições capitalistas nessas sociedades – nos termos de Marini (2005) – Tendo em vista a lógica do capital como atividade unificante¹, a qual confere sentido e unidade aos processos atuais de vida na sociedade capitalista e sua particularidade no capitalismo dependente, assumimos como hipótese investigativa preliminar que a produção teórica do Serviço Social tende a desconsiderar os elementos estruturantes da formação social brasileira e do capitalismo dependente quando abordam a temática sobre sofrimento e adoecimento psíquico dos trabalhadores.

Nesse mesmo ano de ingresso da pesquisadora na Residência, nos deparamos com uma conjuntura onde se sucedeu a interrupção do mandato presidencial da presidenta Dilma Rousseff: considerando o adensamento da crise econômica no centro do sistema, o pacto de classes – fruto da estratégia que propõe a conciliação de interesses historicamente contraditórios –, sustentado no ciclo dos governos do PT, revelou seu limite, ao desembocar no Golpe Institucional Parlamentar que levou Michel Temer (MDB) à presidência da República, em agosto de 2016.

¹ Essa ideia do capital como atividade unificante está desenvolvida em Osório (2012a).

Como consequência nesse processo vimos uma brutal redução dos investimentos na saúde, principalmente por meio da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 241, a qual congelou os investimentos públicos em saúde e educação para os próximos vinte anos, por sua perversidade ficou conhecida como PEC da morte. Essa medida traduziu-se na dificuldade material cotidiana para o atendimento das necessidades da classe trabalhadora que acessa os serviços públicos de saúde, com impactos severos, particularmente sobre a política de saúde mental. Desse modo, cabe ressaltar que essa realidade material e seus desafios nos levou a construir o retorno para a Universidade, tendo em vista refletir criticamente sobre algumas contradições do tempo histórico presente.

Importa destacar que muitas dessas contradições vêm sendo estudadas nos últimos anos, particularmente a partir do ciclo petista e das análises em torno do chamado “neo ou novo desenvolvimentismo”, como apontamos inicialmente. Nesse contexto as possibilidades do desenvolvimento na América Latina e os limites do capitalismo dependente voltaram ao centro do debate, sendo que esse tema contou historicamente com os esforços das mais variadas correntes, entre elas - a Escola da Dependência em sua vertente marxista.

Introduzimos assim, o motivo pelo qual no ano de 2018 ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, o qual foi fruto do interesse em retomar os estudos em torno da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em articulação com os estudos na área da saúde mental, do período recente, tendo em vista as inquietações suscitadas pela Residência.

Cabe ressaltar que a ideia inicial previa uma pesquisa nos prontuários dos usuários diagnosticados com morbidades psiquiátricas e medicalizados, no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Florianópolis, bem como a realização de entrevistas com amostragem. Esse plano de pesquisa não foi passível de ser concretizado devido a entraves com os órgãos públicos municipais responsáveis por autorizar o acesso aos prontuários dos usuários.

Diante da impossibilidade, o novo recorte tem como objetivo central analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro no período de 2010 a 2018 sobre saúde mental, com ênfase na sua relação com o trabalho na sociedade capitalista buscando desvendar as tendências da produção acadêmica em curso.

A partir do objetivo central relacionamos os seguintes objetivos específicos, a saber:

- Mapear a produção teórica do Serviço Social acerca da saúde mental e trabalho;
- Analisar as principais tendências e nexos que vem sendo construídos nesse campo;
- Construir as conexões entre saúde mental e superexploração da força de trabalho, considerando a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente e seus

complexos determinantes no que se refere a ocorrência do prematuro desgaste físico e mental dos trabalhadores, em sua maioria negros e mulheres.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho elencamos alguns questionamentos: Quais são as principais tendências que se apresentam nas produções acadêmicas do Serviço Social acerca da saúde mental e trabalho? Quais são as principais referências utilizadas para promover este debate? Quais são as concepções sobre saúde mental e trabalho presentes nas produções?

1 INTRODUÇÃO

Compreender a relação entre saúde mental e a superexploração da força de trabalho, requer perpassarmos algumas categorias centrais a respeito do desenvolvimento capitalista, no tocante as suas particularidades no continente latino-americano, especificamente no Brasil.

Por meio do recurso à crítica da economia política, podemos identificar categorias fundamentais, entendendo em que medida que o empobrecimento da classe trabalhadora é diretamente proporcional ao enriquecimento da classe capitalista. Demonstrando de acordo com Marx (2013) a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. Para Marx, o capitalismo é determinado pela contradição em que resulta na “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2013, p.690).

Desse modo, a crítica da economia política desvendou que o trabalho, no modo de produção capitalista, interessa como trabalho produtivo, criador de valor. O trabalhador é possuidor da força de trabalho e o capitalista dono dos meios de produção, mas a mercadoria especial é a força de trabalho que, ao ser explorada, gera a mais-valia. É possível acumular capital somente a partir do momento em que há condições para explorar força de trabalho. A produção capitalista não é simplesmente produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia, em síntese, o trabalhador produz não para si, mas para o capital. (LARA, 2011).

Marx ao interpretar a dinâmica da sociedade burguesa tendo como ponto de partida a luta de classe e suas contradições, opressões/explorações e desigualdade, nos oferece pistas para pensarmos sobre como o sofrimento e o adoecimento psíquico² podem se caracterizar como produto das relações capitalistas, e ao mesmo tempo, como tais relações podem conformar a subjetividade dos trabalhadores, especialmente quando o correlacionamos com o trabalho na sociedade determinada pelo capital.

Marini (2005) ao analisar o processo de transformação das relações de produção na América Latina, afirma o aspecto diferencial do capitalismo, vejamos:

² Enfatizamos que a noção de sofrimento e adoecimento psíquico são distintos, levamos em conta e reconhecemos a relevância das discussões sobre a distinção entre a experiência genérica da loucura e sua inserção no discurso médico como patologia mental, e a politização da chamada “doença mental” ligada as contradições sociais. Desse modo, compreendemos que não podemos considerar todas as expressões de sofrimento psíquico como sinônimo de adoecimento. Para maior aprofundamento sobre o tema buscar: Leão (2018).

[...] A superioridade do capitalismo sobre as demais formas de produção mercantil, e sua diferença básica em relação a elas, reside em que aquilo que se transforma em mercadoria não é o trabalhador – ou seja, o tempo total da existência do trabalhador, com todos os momentos mortos que este implica desde o ponto de vista da produção – mas a sua força de trabalho, isto é o tempo de sua existência que pode ser utilizada para a produção, deixando para o mesmo trabalhador o cuidado de responsabilizar-se pelo tempo não produtivo, desde o ponto de vista capitalista (MARINI, 2005, p. 158).

Ao indicar esse aspecto, o pesquisador latino-americano considera que no capitalismo o trabalhador além de vender a sua força de trabalho - principal mercadoria desse modo de produção, o trabalhador concede também ao capital o seu tempo de existência, ou seja, o seu tempo de vida. Segundo Osorio (2012a, p. 108) “[...] en el capitalismo la vida es puesta en entredicho”.

Portanto, a produção capitalista é produção e reprodução social. As relações sociais estabelecem-se sobre o antagonismo de classes e de sua principal estrutura, a “propriedade privada dos meios fundamentais de produção”. O trabalho assalariado e o capital pressupõem existências sociais conflitantes que se condicionam e reproduzem em todos os aspectos da vida social (LARA, 2011).

Nessa direção, compreendendo que a lógica do capital se reproduz também nos aspectos da vida social, acreditamos que tal sociabilidade pode ser lócus gerador de sofrimento social³. Estamos falando em sofrimento físico e sobretudo psíquico, vivenciado de maneira radicalmente intensa pelos trabalhadores, em particular aos que cotidianamente sentem as contradições mais agudizadas do sistema, como é o caso dos trabalhadores dos países da periferia capitalista - filhos do subdesenvolvimento.

Conforme Zanello, Costa e Silva (2012) transtornos de ansiedade e depressão são diagnósticos frequentes no mundo ocidental, diversos pesquisadores da área tem os definido como Transtornos Mentais Comuns (TMC). Segundo os autores, estudos vem apontando alta correlação entre o aparecimento dessas morbidades e condições socioeconômicas tais como gênero, pobreza, baixa escolaridade dentre outras.

Na pesquisa de Ludermir (2008), a autora conclui que o caráter social do adoecimento mental se expressa objetivamente na sua distribuição desigual entre homens e mulheres e entre

³ Entendemos o conceito de sofrimento social a partir das análises desenvolvidas por Werlang e Mendes (2013, p. 766), de acordo com as autoras “O sofrimento social não é apenas “um sofrimento”, mas um sofrimento que se instala/esconde nas zonas de precariedade, nas zonas sociais de fragilidade e cuja ação implica na perda ou possibilidade de perda dos objetos sociais: saúde, trabalho, desejos, sonhos, vínculos sociais, ou seja, o todo da vida composto pelo concreto e pelo subjetivo que permite viver a cada dia, a vida psíquica, a vida interior composta pela subjetividade”.

as diferentes classes sociais. Reforça ainda que essas desigualdades representam um persistente achado na literatura.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, estima-se que pelo menos trinta em cada cem pessoas no Brasil tenham ou venham a ter problemas de saúde mental. Para se entender as determinações que interpelam a saúde mental dos trabalhadores dentro da referida estrutura social não podemos desconsiderar as determinações do conflito entre capital e trabalho, principalmente como elas se expressam a partir do lugar que ocupa a América Latina, e em particular o Brasil na divisão internacional do trabalho.

Assim, um registro fundamental em nossa análise é elucidarmos que o modo de produção capitalista na América Latina possui como coloca Marini (2005) um caráter “*sui generis*”, essa ideia trata da consideração das formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial. Nos termos de Osorio (2013), o capitalismo *sui generis* é a forma particular no bojo da *universalidade diferenciada do capitalismo*, em seus termos:

O universal do capitalismo, em seu desenrolar *histórico*, deve ser pensado na realidade efetiva dos particulares que tomaram forma em seu desenrolar, como a conformação do capitalismo em um *sistema mundial* e com diversos capitalismos *operando de modo diverso na acumulação mundial*, economias centrais ou imperialistas, economias periféricas ou dependentes. O capitalismo se constitui dessa forma em *universalidade diferenciada*, o que exige *novos conceitos e categorias* para ser apreendido, na medida em que nesse desenrolar se integram processos e relações que redefinem o universal, e porque os particulares geram diversidade real, novidade efetiva do distinto, fazendo do capitalismo uma *unidade do diverso* (OSORIO, 2013, p. 57-58 - grifo original do autor).

Brevemente, segundo os passos da investigação do pensamento crítico latino-americano, em geral, e da Teoria Marxista da Dependência (TMD) em particular, entende-se que a forma peculiar com que se reproduz o capital na América Latina, tem no seu centro a condição de dependência, a qual, segundo análise de Marini (2005), pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição, o que sustenta a dominação a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social.

Marini (2005), no ensaio “Dialética da Dependência” apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, apontando suas consequências sob a organização das sociedades dependentes, particularmente com relação a superexploração da

força de trabalho como mecanismo compensatório do intercâmbio desigual. Por meio do intercâmbio desigual, os condicionantes da dependência empreendem uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, de modo que tal dinâmica capitalista, nos termos de Marini (2005), é garantida através de uma *superexploração* da força de trabalho nos países dependentes.

A *superexploração* da força de trabalho, mecanismo típico adotado nessas economias através da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas, caracteriza-se como um padrão de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre a maior exploração do trabalhador e não sobre o aumento da sua capacidade produtiva:

[...] A característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005, p.156).

Como consequência da superexploração da força de trabalho como eixo da acumulação de capital, a estrutura social das sociedades dependentes torna-se perversamente marcada pela forte concentração de renda e polarização da riqueza social, pelas altas taxas de desemprego, pelas diversas formas de subemprego e brutalização da vida dos trabalhadores.

Tendo em vista as discussões realizadas até o momento, Osorio (2012a) ao considerar o processo de produção e reprodução da vida social no capitalismo dependente, em seu estudo sobre o biopoder é possível observar uma importante análise para entendermos a relação entre saúde mental e superexploração da força de trabalho.

Para Osório, a tendência do poder de aproveitar a vida e sujeitá-la aos seus poderes soberanos não é novidade. No entanto, dentro dessa tendência antiga, há novos fenômenos que foram expressos na noção de biopoder. O pesquisador mexicano ao retomar a noção de biopoder desenvolvida por Michel Foucault e Giorgio Agamben, tece algumas críticas aos autores, apontando seus limites. Osorio situa a sua investigação desde “las particularidades del biopoder en el contexto en donde el capital, sua dinámica y despliegue, rigen el sentido del mundo y su organización” (OSORIO, 2012a, p. 85).

Na esteira de Marx, para Osório, o capital constitui uma unidade econômica e política. No entanto, ressalta o autor, o próprio capital estabelece uma ruptura nessa unidade,

conseguindo que o econômico seja apresentado como não político e o político seja apresentado como não-econômico.

Para compreender em sua complexidade a unidade econômico/política do capital e o processo de ruptura desta unidade, Osorio refere que é pertinente considerar a particularidade da primeira fase da circulação, onde se realiza a compra e venda de meios de produção e de força de trabalho. É quando os portadores de capital e de trabalho se apresentam como sujeitos livres, que soberanamente realizam o processo de troca. O trabalhador é dono de sua força de trabalho e, livremente, sem coerção visível nem sujeição a outros sujeitos, se apresenta para vender sua mercadoria, da mesma forma que o burguês, que, também livremente, chega ao mercado com a mercadoria dinheiro, disposto a comprar força de trabalho. Neste processo de livre troca, o autor destaca o ocultamento dos processos políticos que torna possível a coerção e a ficção de liberdade em que se encontra o vendedor da força de trabalho.

Para estudar os fenômenos aqui indicados, partimos de uma perspectiva que considera que tais temas não podem ser analisados de forma independente, como se fossem “coisas” com fronteiras definidas, esquecendo-se de que a sociedade não é feita de coisas, mas de relações, entendemos assim a necessidade de se desvelar as relações que constituem tais fenômenos.

Para isso, recorreremos a noção de biopoder evocada por Osorio (2012a):

Los vínculos entre los movimientos económico-políticos del capital y la vida no constituyen puntos de atención para Foucault em el tratamiento del tema, más allá de las breves referencias antes señaladas. Son esos vínculos, sin embargo, los que aquí nos interesa destacar, porque conforman, como veremos, la base primordial desde donde construir la reflexión sobre el biopoder. Postulamos que el campo del biopoder se aloja em la relación capita-trabajo, que es la que articula el sentido del mundo societal em que hoy los hombres se desenvuelven (OSORIO, 2012a, p. 86).

Dessa maneira, Osório afirma que o campo do biopoder está abrigado na relação capital-trabalho. No capitalismo, a separação entre os trabalhadores os meios de produção e sua subsistência coloca em questão a própria vida, nas palavras do autor:

Toda venta de una mercancía supone para el vendedor desprenderse de la misma, al consumarse el proceso, y su entrega al comprador, para que éste disponga de la misma como mejor le convenga. Pero em la venta y compra de la fuerza de trabajo se hace presente um hecho paradójal: las capacidades físicas y creativas que permiten trabajar no son ajenas a la corporeidad viva del trabajador. Esto implica que nos es posible separar materialmente la fuerza de trabajo de la existencia misma de su propietario. No hay una distinción ontológica entre uma y outra. Por tanto, al hacer entrega de la mercancía vendida, la fuerza de trabajo, su propietario no sólo termina entregando aquélla, sino el plus de su propia base material em tanto ser viviente. No hay desprendimiento posible entre su corpo vivo y sua capacidade de trabajo y entre su existencia como ser vivo y dicha capacidade (OSORIO, 2012a, p. 88).

Assim, a força de trabalho repousa na corporeidade viva do trabalhador (músculos, cérebro, sistema nervoso, esqueleto, coração, pulmões etc.). Portanto, quando o trabalhador vende sua força de trabalho, o capital não apenas recebe aquela mercadoria, mas também a corporeidade total do trabalhador. E tudo que aconteça com essa força de trabalho, trabalhando em extenuantes jornadas, trabalhos intensos, sem falar das exaustivas horas de deslocamento da casa ao trabalho e vice-versa, incide no trabalhador e em seu corpo e psique.

Na análise de Osorio (2012a) isso leva a modalidades específicas em que o capital se apropria da vida no capitalismo. O autor destaca dois: a vida infrahumana e a vida desfalcada. Ambos estão relacionados ao que Marini indicou há várias décadas como a especificidade do capitalismo dependente.

A vida sub-humana consiste em um mecanismo da superexploração da força de trabalho, que transforma o fundo de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital. A vida desfalcada implica um aumento das horas de trabalho, o que por sua vez implica uma apropriação pelo capital de anos de trabalho futuro do trabalhador, e reduzindo sua vida. Assim, a superexploração do trabalho implica, necessariamente, formas específicas de controle da vida do trabalhador pelo capital.

Defende-se a atualidade da categoria superexploração para a compreensão das contradições do capitalismo dependente contemporâneo, ainda mais quando tomamos como cenário atual de desmonte dos direitos sociais, arduamente conquistados e apenas parcial e contraditoriamente materializados, movimento que repercute duramente sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora.

Maria Rita Kehl (2015), em seu livro “O tempo e o cão: a atualidade das depressões”, defende a possibilidade de se entender o aumento contemporâneo das depressões como um sintoma social. A hipótese da autora é de que as depressões, na contemporaneidade, ocupam um lugar sinalizador do “mal-estar da civilização”, em suas palavras:

Analisar as depressões como uma das expressões do sintoma social contemporâneo significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e em seu recolhimento, um grupo incômodo e ruidoso quanto foram as histéricas no século XIX. A depressão é a expressão de mal-estar que *faz água* e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. A depressão é um sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI (KEHL, 2015, p. 22).

A citada autora afirma ainda que a depressão é o nome contemporâneo para os sofrimentos decorrentes da perda do lugar do sujeito. Desta forma, compreende que o aumento da incidência dos chamados “distúrbios depressivos”, desde as três últimas décadas do século XX, indica que devemos tentar indagar o que as depressões têm a nos dizer.

A estrutura desta dissertação está organizada em dois capítulos. No primeiro, sistematizamos o debate acerca da relação entre saúde mental e trabalho, em seguida, apresentamos categorias e processos históricos fundamentais para a apreensão do complexo da dependência e das opressões enquanto elementos estruturais e estruturantes da formação social brasileira, por último, discorremos sobre a categoria superexploração da força de trabalho, entendendo-a como central para a compreensão dos processos de expropriação do tempo de vida dos trabalhadores e as implicações na saúde mental dos mesmos.

No segundo capítulo adentramos o universo da pesquisa, tendo como foco a análise da produção teórica do Serviço Social, com base nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) e dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) no período de 2010-2018, destacando assim os principais resultados encontrados.

2 DETERMINAÇÕES DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O CAPITALISMO DEPENDENTE

A partir da problematização da questão da saúde mental e sua relação com os determinantes estruturais da dependência, o objetivo que nos propusemos neste capítulo é compreender o debate teórico a respeito da situação periférica e dependente de nossas sociedades, em especial a brasileira, levando em consideração os processos históricos desde a colonização ao escravismo que engendraram os mecanismos que permitiram e sustentaram a drenagem da riqueza dos países dependentes para os países imperialistas.

Assim como pretendemos tecer algumas explicações categoriais pertencentes ao debate travado pela Teoria Marxista da Dependência, principalmente a partir do legado teórico de Ruy Mauro Marini – a configuração do mundo do trabalho e das condições de reprodução dos trabalhadores nas sociedades capitalistas dependentes.

Apreender as distintas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina é imprescindível para contextualizarmos a particularidade histórica que assume o sofrimento e o adoecimento psíquico, haja vista os impactos de tais processos nas relações sociais em seus aspectos objetivos e subjetivos.

2.1 APONTAMENTOS ANALÍTICOS SOBRE SAÚDE MENTAL E TRABALHO

O estudo das conexões entre saúde mental e trabalho, de acordo com Seligmann-Silva (2011) não é novo. No entanto, buscamos com a nossa pesquisa abordar o tema a partir da importante contribuição do Movimento de Reforma Psiquiátrica, ou seja do campo de estudo da saúde mental. Concomitantemente, julgamos necessário uma abordagem teórica e metodológica que considere as contradições entre capital e trabalho, essencialmente o poder do capital sobre a vida dos trabalhadores (OSORIO, 2012a).

Quando falamos em trabalho, de maneira geral estamos nos referindo ao trabalho “no modo de produção capitalista, determinado pelo processo de produção, no qual acidentar e adoecer são resultantes de relações sociais” (LARA, 2011, p. 79). Ao mesmo tempo, reivindicamos a particularidade do trabalho na sociedade cujo desenvolvimento se forja na

dependência, ou seja, nos referimos ao trabalho *superexplorado* que se traduz no esgotamento prematuro da força de trabalho e na redução progressiva da vida útil do trabalhador.

Como uma de nossas hipóteses consideramos que a superexploração ao perpassar a condição objetiva dos trabalhadores, atravessa também os seus processos de subjetivação. As repercussões existenciais e mentais vinculadas à condição da classe trabalhadora faz parte de relações sociais de exploração e dominação. Nesse sentido é possível observar que:

Toda relación de explotación es primeiramente una relación política. Sin manda y dominio la explotación como fenómeno social reproducido de manera permanente no sería posible. Esto es lo que se destaca cuando se afirma que el capital es fundamentalmente una relación social: es mando, dominio y poder despótico (que se ejerce sobre hombres «libres», y que incluye la vida de los trabajadores), y es un vínculo de explotación. Es la condición de la relación *social* entonces lo que hace a la esencia política-económica del capital, lo que solda y condensa lo político y lo económico como una unidade que integra la apropiación de la vida (OSORIO, 2012a, p. 32).

Seligmann-Silva⁴ (2011) vai afirmar que o sofrimento social gerado em macrocontextos está geralmente associado a formas poderosas de dominação que se estendem através de outras instâncias sociais. Grande parte dessas determinações e condições decorre direta e indiretamente da desigualdade socioeconômica e de direitos, características tão marcantes no desenvolvimento capitalista dependente. Pressupomos que não existe sofrimento e adoecimento mental que se constitua isoladamente do corpo e das relações sociais.

Como afirmou Lowy (2006) em seu ensaio “Marx insólito” o privado é político, nesse sentido o referido autor demonstra que Marx ao adentrar na esfera da vida privada, das angústias da existência, em sua obra “Sobre o suicídio” demonstra como tais questões são mediadas pela propriedade e pelas relações de classe.

Acreditamos assim que a saúde mental não é efeito apenas de componentes de ordem individual como o grau de habilidade pessoal em manejar emoções, sentimentos,

⁴ É importante destacar que a noção de sofrimento e adoecimento para Seligmann-Silva está interligada com um campo de estudo anunciado pela pesquisadora como “Saúde Mental Relacionada ao Trabalho”, de acordo com a pesquisadora “[...] Nesse campo passam a ser examinados os processos de saúde-doença vinculados, em suas determinações ou desenvolvimentos, à vida laboral, através de uma ótica profundamente distinta das anteriormente adotadas pela antiga Psiquiatria Ocupacional, tanto pelo enriquecimento dos eixos de análise quanto pela fixação de uma perspectiva em que as finalidades das investigações assumem diretrizes éticas. O significado disso é que os princípios adotados ultrapassam a busca pela produtividade e os estudos se voltam para identificar todos os aspectos – os que promovem a saúde e todos os que se revelam potencialmente adoecedores, inclusive aqueles que possam estar servindo simultaneamente a interesses mais imediatos da produção” (SELLIGMANN-SILVA, 2011, p. 40).

comportamentos, embora, devemos considerar conforme afirmou Basaglia (1982) que a loucura é uma condição humana. Nas palavras do psiquiatra italiano:

[...] O sofrimento humano é algo que não se pode eliminar. Está na vida, está no homem, é uma condição do homem. O problema da vida é a contradição entre o que é a organização social e a dor que se expressa em cada um de nós. O problema é que, para os que podem sobreviver economicamente, existe também a possibilidade de exprimir a dor, de poder se expressar subjetivamente. Quem não tem condições econômicas para sobreviver, não pode se expressar de maneira alguma, não conhece o sofrimento existencial, mas somente o sofrimento da sobrevivência, não havendo assim a possibilidade de expressar a contradição e o antagonismo (BASAGLIA, 1982, p. 38).

Ao problematizar tal questão, entendemos que Basaglia não descarta os elementos de ordem cultural, social, econômica, pelos quais perpassam também a construção do sofrimento psíquico, muito pelo contrário, em sua análise o autor articula a loucura com a miséria - sistematicamente produzida pelo modo de produção capitalista. O que nos faz entender que o sofrimento e o adoecimento psíquico estão plenamente em diálogo com a materialidade de como se produz e reproduz a vida. A respeito disso, enfatizamos uma parte da fala de Basaglia em uma das conferências realizadas no Brasil:

Creio que uma das principais prevenções da loucura e da doença mental é a luta contra a miséria. E acho que muito difícil que num bairro pobre se saiba quem é louco e quem não é louco. O mesmo acontece no manicômio. Quando entramos num manicômio temos à nossa frente a miséria. Como se pode saber se um habitante do Juqueri é louco? A primeira coisa que ele faz quando nos vê é pedir esmola e nos perguntar: “Quando volto para casa?” Esse louco tem duas características importantes: a consciência da prisão e a consciência prática da miséria (BASAGLIA, 1982, p. 33).

A qualidade das condições de vida relativas à renda e emprego, habitação, transporte, educação, assistência social, serviços de saúde estão interligados nessa trama complexa do processo saúde-doença. Como disse Basaglia (1982) não faz sentido interpretar complexo de Édipo para quem tem como principal problema a falta de comida.

Em cenários de desigualdades sociais, tais quais configuram estruturalmente a sociedade brasileira, há, conseqüentemente, grupos populacionais da classe trabalhadora a que são mais expostos a riscos para o desenvolvimento ou agravamento dos processos de sofrimento e adoecimento mental, como é o caso das mulheres, especialmente das mulheres negras. Procuramos a partir dos estudos de Lima; Passos e Pereira (2017) mostrar a concreticidade dessa relação, as referidas autoras apresentam dados da realidade que apontam:

[...] O documento “Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995-2015” do IPEA, que disponibilizou dados relevantes reforçando a necessidade de um olhar singularizado e de uma tomada de perspectiva e postura ético-política no que se referem às experiências das mulheres negras. Segundo o documento, em relação ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação feminina em 2015 era de 11,6% enquanto a masculina era de 7,8%. Quando o recorte racial e de gênero é colocado como relevante, o número da taxa de desocupação das mulheres negras foi o que mais se valorizou (80%). No entanto, as assimetrias ainda continuam persistentes e as mulheres negras ainda possuíam o menor rendimento de toda a série histórica (1995-2015) (LIMA, 2017, p. 73).

[...] O Dossiê “A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil – Violência e Violações” (2016), publicado pelo Instituto da Mulher Negra Geledés e pela Organização de Mulheres Negras – Criola, apresenta dados relevantes como o fato de que as mulheres negras representam 64% das mulheres vítimas de assassinatos no Brasil onde a taxa de feminicídios de mulheres negras é 2.25 vezes mais alta do que a taxa de feminicídios de mulheres brancas. Ainda, segundo o dossiê, quando verificamos outros indicadores, novas facetas se mostram preocupantes como o aumento da população carcerária feminina, que subiu de 5.601 para 37.380 mulheres encarcerada, um crescimento de 570% entre 2000 e 2014. Dessa população 68% são mulheres negras em situação de encarceramento (LIMA, 2017, p. 73-74).

Passos e Pereira (2017, p. 40) demonstra alguns dados referentes ao aumento da medicalização de mulheres, a esse respeito,

[...] chamamos atenção para a medicalização de mulheres nos serviços territoriais sobre o considerado “*orgânico louco das mulheres*”. Apesar de a medicalização não se resumir ao uso de medicamentos, este é um importante elemento de análise ao nos ajudar a entender este aspecto. Segundo pesquisas, há um alto uso de psicotrópicos entre mulheres, sendo elas 72% das consumidoras no Ceará (OLIVEIRA *et al*, 2011) e 69% do público de benzodiazepínicos, conforme inquérito realizado em 108 cidades (CARLINI, 2006), sendo a elas receitados 2 vezes mais ansiolíticos do que aos homens em diferentes cidades (RABELO, 2011; MENDONÇA *et al*, 2006).

Outro estudo que podemos referenciar a tendência do aumento da medicalização de mulheres, trata-se de um pesquisa de campo realizada em bairros de segmentos populares da grande Florianópolis, junto a mulheres usuárias dos serviços públicos de saúde e/ou que consomem psicotrópicos e antidepressivos e seus itinerários terapêuticos, além de observações e entrevistas nos postos de saúde, nos serviços públicos de atendimento psicológico, centros de atendimento psicossocial, associações civis e grupos de ajuda mútua (MALUF; TORNQUIST).

O alto índice de consumo de psicofármacos entre mulheres chama a atenção, a pesquisa de Diehl; Manzini e Becker (2010), revela que a fluoxetina foi o antidepressivo mais prescrito (54,7%) no período analisado, observando-se também significativa diferença com o segundo

colocado, a amitriptilina (30,6%), e o terceiro colocado, a imipramina (14,8%). Segundo as autoras:

Em um levantamento feito pelo farmacêutico do Centro, eram atendidos, em média, 100 usuários de medicamentos sujeitos a controle especial por dia. Segundo os dados obtidos, dispensava-se fluoxetina para cerca de 15 usuários por dia. Comparando a média de usuários destes medicamentos à média obtida dos usuários de fluoxetina, é possível observar a quão elevada era a demanda deste antidepressivo (DIEHL; MANZINI; BECKER, 2010, p.339).

Trazendo as narrativas destas mulheres sobre suas experiências de aflição e adoecimento, as autoras analisam os diferentes aspectos que aparecem como contexto e eventualmente causa de suas aflições, como a violência no bairro, as dificuldades econômicas, dupla jornada de trabalho, desemprego, além de questões de autoimagem e percepção de si.

Com base nos dados apresentados pelas autoras, conjecturamos que o sofrimento e o adoecimento mental entre as mulheres brancas e negras não se dão de maneira igual, haja vista a ocorrência estrutural e histórica da violência na vida da população negra, nos termos de uma das autoras:

Atravessada de forma dinâmica por diferentes marcadores sociais como classe, sexo, gênero, geração, território, entre outros e tendo a raça como espinha dorsal, infelizmente fazem parte das estatísticas de subempregos ou desemprego (taxas de desocupação), habitam territórios marcados pelas violências, compõem o número de mães que perderam seus filhos nas mãos da polícia militar ou nas mãos do tráfico de drogas, habitam os espaços psiquiátricos, evidenciando a relação entre racismo, perturbações psíquicas e processos de produção social da loucura, compõem majoritariamente a população carcerária, elencam, infelizmente, ainda que de forma sub notificada as violências nos espaços de cuidado à saúde, destacando aqui a violência obstétrica e os abortos inseguros, lotam as filas da defensoria pública (LIMA, 2017, p. 84).

Nesse sentido, para problematizarmos a materialidade do complexo da dependência, isto é, a expressão do racismo, do patriarcado articulados com a superexploração e suas consequências para a saúde mental dos trabalhadores como estabelece nossa premissa nesta dissertação, percorremos a obra “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus (2014), onde podemos observar por meio dos relatos diários da catadora de papel na favela de Canindé como sua rotineira busca pela sobrevivência instaura um processo de sofrimento psíquico. Dessa forma, pensamos que com a incessante preocupação em atender as necessidades mais imediatas e vitais da vida, tal condição possa gerar além do esgotamento físico ocasiona o esgotamento psíquico.

De acordo com Audálio Dantas em prefácio do livro, a fome aparece no texto de Carolina com uma frequência irritante, tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa. Apresentamos abaixo, alguns trechos da obra que demonstram os aspectos até problematizados:

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se (p.11).

3 de maio [...] fui na feira da Rua Carlos de Campos, catar qualquer coisa. Ganhei bastante verdura. Mas ficou sem efeito, porque eu não tenho gordura. Os meninos estão nervosos por não ter o que comer (p.28).

21 de maio de 1958 passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversario de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, as margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha (p. 39).

As passagens acima retratam sobretudo a contradição voraz do capitalismo dependente, conforme Rocha (2009, p. 39) “tem-se que a ossatura das relações sociais no continente, determinadas pela dinâmica estrutural, conforma pobreza, miséria e indignação para a imensa maioria da população latino-americana”, a qual tem cor-raça e gênero.

Em outros trechos de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” é possível verificar a manifestação do racismo e do patriarcado. A obra de Jesus (2014) é um exemplo da urgência de reflexões necessariamente articuladas, sobre raça, gênero e classe. No livro “Tornar-se negro ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em ascensão social” Neusa Santos Souza (1983), irá afirmar que a violência racista do branco se exerce, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Na direção dessa discussão, vejamos o trecho que destacamos do diário:

16 de junho Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:
- É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo do branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta (p.64).

Segundo Passos; Pereira (2017, p. 38) “os sofrimentos gerados pelo racismo não são levados em consideração e permanecem invisíveis”.

Ressaltamos outros fragmentos do livro de Jesus (2014) que confirmam como o caráter estrutural da superexploração que tende a levar o trabalhador a uma condição diária de penúria, propicia na mesma proporção o desenvolvimento de um estado emocional/ subjetivo de crescente tensão, ansiedade, depressão podemos arriscar a dizer que no ápice das contradições desse processo o suicídio pode ser considerado por parte dos trabalhadores como uma saída ao sofrimento vivenciado. Nesse sentido, Jesus (2014) descreve em seu diário as diversas vezes em que a ideia de suicídio esteve presente em seu cotidiano, bem como retrata casos de suicídio ocorridos dentro da favela do Canindé e na cidade de São Paulo naquele tempo histórico, observemos:

14 de junho [...] quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicidio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um heroi. Porque quem não é forte desanima (p.61).

24 de julho como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiencia de alimentação no estomago. E por infelicidade eu amanheci com fome (p. 99).

2 de maio ... Ontem eu comprei açúcar e bananas. Os meus filhos comeram banana com açúcar, porque não tinha gordura para fazer comida. Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolver suicidar-se porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo.

Retomando as reflexões contidas no livro “Sobre o suicídio”⁵ chama a nossa atenção a análise articulada realizada pelos autores sobre o fenômeno com uma crítica radical da sociedade burguesa como forma de vida “antinatural”. Em diálogo, principalmente com os chamados moralistas da época Marx e Peuchet advertem:

[...] Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consoma conta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas. O que é contra a natureza não acontece. Ao

⁵ Cabe ressaltar que a referida obra não fora escrita exclusivamente por Marx, mas composta, em grande parte, de excertos, traduzidos ao alemão, de outro autor chamado Jacques Peuchet, o qual foi um antigo diretor dos Arquivos da Polícia de Paris. A partir de sua experiência nesse cargo, Peuchet escreve suas memórias e só permitiu que elas viessem a público após sua morte.

contrário, está *na natureza de nossa sociedade* gerar muitos suicídios, ao passo que* os tártaros não se suicidam. *As sociedades não geram todas, portanto, os mesmos produtos*; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto**(MARX, 2006, p. 25 – grifos do autor).

Considerando a citação, o suicídio é significativo para os autores sobretudo como um sintoma de uma sociedade produtora de sofrimento social que necessita de uma transformação radical. Assim também, partindo do pressuposto de que para Marx (2006, p. 29) “*o suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral[...]*” nos interessa nessa demonstrar nesta dissertação que as causas do sofrimento e adoecimento psíquico da população trabalhadora se localizam nas entranhas do particular desenvolvimento capitalista periférico, haja vista o agravamento de suas contradições a partir da negação das possibilidades em que o trabalhador tem para atender suas necessidades existenciais mais elementares, bem como consideramos o cenário atual do País, no qual duros golpes estão sendo proferidos contra a vida dos trabalhadores, por meio das contrarreformas realizadas no âmbito dos direitos trabalhistas, previdenciários e as demais medidas que são diariamente tomadas pelo atual governo de Jair Bolsonaro (PSL), em velocidade luz, com o objetivo cada vez mais claro de aprofundar a dependência do País na já conhecida dialética em que somos especialistas em perder.

Ao ser dominado tanto pelo capital em geral, como pelos desdobramentos nas formas particulares, a classe trabalhadora latino-americana foi subsumida às condições materiais de reprodução do capital em geral – exploração - e na condição da reprodução particular no continente latino-americano – a superexploração. Por sua vez, ao forjar-se um sujeito oprimido que foi superexplorado, criou-se a condição ideológica de conformação do poder capitalista no nosso continente, onde os povos originários, os africanos migrantes forçados escravizados e os colonos pobres foram literalmente aprisionados – social, econômica e politicamente – para servir aos interesses do colonizador (TRASPADINI, 2016, p. 107).

Frente as contradições expostas, há que pontuar ainda a alarmante realidade do desemprego que assola a nossa realidade. Muitos analistas vêm tratando os crescentes dados como algo novo, entretanto salientamos que o desemprego, o subemprego e a informalidade constituem estruturalmente as relações do mercado de trabalho brasileiro.

Cabe indicar que para nós o pleno emprego nunca chegou a se caracterizar como uma política social, é sabido que os anos de ouro do capitalismo e o Estado de Bem-Estar Social conhecido pelos trabalhadores dos países centrais não chegou a se materializar nas bandas de cá. Em nosso entendimento, tal questão pode ser explicada justamente a partir das “determinações político-econômicas processadas pelo sistema capitalista nas particularidades e

dinâmica que assume na periferia do sistema de acumulação em escala mundial” (ROCHA, 2009, p. 218).

Tendo em vista as questões problematizadas acima podemos afirmar, que as opressões estruturais que atravessam e se reproduzem no capitalismo dependente impedem que o trabalhador brasileiro possa usufruir de condições reais, objetivas e de saúde mental, mediante a realidade em que o capital expropria seu tempo de vida e as possibilidades de atender suas necessidades, sejam elas do “estômago ou da fantasia”.

Isso nos leva a considerar a realidade em que atuamos como Assistente Social – a política de Saúde, especialmente a Atenção Primária à Saúde (APS) por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF). Durante a nossa atuação profissional nesse espaço, foram inúmeras demandas que chegaram aos consultórios de atendimento dos diferentes profissionais relacionadas ao processo de sofrimento e adoecimento mental da população trabalhadora que se articulavam com o processo geral de espoliação do povo. Isso nos remete a uma nova pergunta “Se a miséria desaparecesse, a psiquiatria continuaria existindo?” (BASAGLIA, 1982, p. 29).

Entendendo que a saúde, e particularmente a saúde mental se constitui como uma política social pública, e tal como as demais, desde sua gênese, são permeadas pelas contradições da sociabilidade capitalista, entendemos que as políticas sociais, permeadas pelas contradições do capitalismo dependente tendem a se traduzirem em precários mecanismos de proteção social, na imensa maioria das vezes distantes dos respectivos marcos regulatórios, os quais são conquistados por intensos processos de luta de classes.

Portanto, podemos afirmar que não há política social desligada das lutas sociais, especialmente no capitalismo construído sobre a agudização das contradições das leis gerais da acumulação capitalista.

Nesse sentido, retomando a nossa hipótese, acreditamos ser importante localizarmos as demandas de saúde mental no complexo da dependência, com as contradições que são intrínsecas ao desenvolvimento interno de nossas estruturas, inclusive pelas particularidades da formação social brasileira.

Sem reivindicarmos essa compreensão, não conseguiremos compreender os desafios colocados por nosso tempo histórico, bem como as respostas engendradas aos dilemas apresentados pelos trabalhadores sejam individuais e/ou coletivos, e as formas de tratamento em saúde que estão sendo defendidas atualmente.

Defendemos que as respostas às questões de saúde mental, não devam ser respostas fáceis, de caráter imediatista, de cunho moralizador ou que tenda a criminalizar os indivíduos, defendemos a luta histórica do movimento antimanicomial ao reafirmar “as bandeiras que excedem o que poderia ser considerado como identitário e setorial, em uma expansão para o plano de lutas mais gerais, em especial ao que diz respeito à luta de classes” (PASSOS; PEREIRA, 2017, p. 35). Temos plena concordância com as autoras quando deixam claro que a luta a ser travada é “[...] pelo fim dos manicômios como componente de um projeto societário que se encontra em disputa e que visa à superação das opressões/exploração de classe, gênero, raça/etnia e da propriedade privada” (PASSOS; PEREIRA, 2017, p. 25).

Ao pontuarmos a luta do Movimento Nacional Antimanicomial se faz necessário resgatarmos o importante processo da conhecida reforma psiquiátrica no País. A história de atenção aos chamados “loucos” se encontra em uma gama complexa de críticas e questionamentos aos saberes e as instituições psiquiátricas clássicas (PASSOS; PEREIRA, 2017). Conforme Amarante (1994), destacamos que:

A história da nossa psiquiatria é a história de um processo de asilamento; é a história de um processo de medicalização social. A ordem psiquiátrica, como veremos, é oferecida como paradigma de organização modelar às instituições de uma sociedade que se organiza. Mesmo, tratando, ou procurando tratar, pela via médica, o que lhe é alheio ou que não lhe é exclusivo, como desejam alguns. Mesmo procurando disciplinar o que foi demonstrado, historicamente, não ser uma questão de disciplina (AMARANTE, 1994, p. 74).

Nos chama a atenção duas palavras *asilamento e medicalização social*, consideramos que se trata de duas estratégias que estiveram bem presentes na história dos modelos de tratamento de pessoas em sofrimento psíquico no Brasil. Afinal, podemos nos indagar, quem era considerado louco? Amarante (1994) afirma que:

[...] As esparsas referências que se pode encontrar demonstram que podem ser encontrados preferencialmente dentre os miseráveis, os marginais, os pobres e toda a sorte de párias, são ainda trabalhadores, camponeses, desempregados, índios, negros “degenerados”, perigosos em geral para a ordem pública, retirantes que, de alguma forma ou por algum motivo, padecem de algo que se convencionou englobar sobre o título de doença mental (AMARANTE, 1994, p. 75).

Em seu livro “Trabalho, gênero e saúde mental: contribuições para a profissionalização do cuidado feminino” Passos (2018b) ao falar sobre o panorama da constituição da reforma psiquiátrica e dos serviços substitutivos afirma que o modelo de tratamento estabelecido

inicialmente no Brasil sofreu influência francesa, da perspectiva pineliana, denominada de psiquiatria tradicional.

De acordo com a autora Philippe Pinel foi quem fundou os primeiros hospitais psiquiátricos e determinou o princípio do isolamento. Essa proposta de tratamento acreditava na internação do indivíduo como estratégia central para que fosse restituída a sanidade ao homem adoecido (PASSOS, 2018b). A respeito disso, é possível verificar que:

A existência dos asilos era justificada pela necessidade de se manter a ordem social. Buscava-se proteger a sociedade da desordem da “loucura” através do isolamento. A relação de poder era necessária, sendo preciso pôr fim a qualquer poder externo que pudesse sobrevir a esse indivíduo considerado desviante, a fim de exercer sobre ele uma autoridade de adestramento, manipulação, repressão. Por estar internada, a pessoa em sofrimento psíquico era descaracterizada de si, privada da sua cidadania, escolhas, de sua expressão social. Encontrava-se, então, abandonada ao poder dos médicos e de profissionais que atuavam nessas instituições, os quais detinham a autoridade de exercer sobre eles quaisquer ordens, sem possibilidade de apelo ou intervenção (PASSOS, 2018b, p. 119).

Desse modo, os hospícios apareceram como uma ação específica da medicina com relação à loucura. Abrigavam pessoas que possuíam “doenças mentais”, sendo locais para recuperá-las pela força da terapêutica de sua organização. Essa perspectiva criada para o sujeito desviante, ultrapassou o século XIX e adentrou o XX. A criação de hospícios se deu em todo mundo industrial moderno (PASSOS, 2018b).

Conforme Amarante (1994) a loucura só vem a ser objeto de intervenção específica por parte do Estado a partir da chegada da Família Real. No Brasil, o primeiro hospício foi inaugurado em 1852, na cidade do Rio de Janeiro, denominado Hospício Pedro II.

Até a segunda metade do sec. XIX, os doentes mentais que habitavam o Rio de Janeiro não se beneficiavam de nenhuma assistência médica específica. Quando não eram colocados nas prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, os “loucos” erravam pelas ruas ou eram encarcerados nas celas especiais dos hospitais gerais da Santa Casa da Misericórdia. A partir de 1830, um grupo de médicos, higienistas na sua maioria, começa a pedir, entre outras medidas de higiene pública, que se construa um hospício para os alienados. Estes médicos, que foram os criadores da Sociedade da Medicina do Rio de Janeiro, serviram-se de alguns periódicos da época (“Seminário de Saúde Pública”, 1831- 1833; “Diário da Saúde”, 1835 – 1836; Revista Médica Fluminense”, 1835-1841), para desencadear um importante movimento de opinião pública, com vistas à criação do asilo (COSTA, 1976, p. 23).

Consonante com esse processo Amarante (1994) reforça que:

[...] As mudanças sociais e econômicas, no período que se segue, exigem medidas eficientes de controle social, sem as quais torna-se impossível ordenar o crescimento das cidades e das populações. Convocada a participar dessa empresa de

reordenamento do espaço urbano, a medicina termina por desenhar o projeto do qual emerge a psiquiatria brasileira (AMARANTE, 1994, p. 74).

Sendo assim, não podemos deixar de pontuar o importante papel que a medicina desempenhou neste momento histórico, foi por meio do surgimento e do fortalecimento da chamada Medicina Social que as intervenções se deram no âmbito privado das relações familiares, medicalizando tais relações através das políticas higienistas.

A higiene, de maneira geral, entendia que a desorganização social e o mau funcionamento da sociedade eram as causas das doenças, cabendo à Medicina refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais, visando neutralizar todo perigo possível. Tornou-se “ciência social”, integrando a Estatística, a Geografia, a Demografia, a Topografia; tornou-se instrumento de planejamento urbano: as grandes transformações na cidade foram, desde então, justificadas como questão de saúde; tornou-se analista das instituições; transformou o hospital em “máquina de curar”; criou o hospício como enclausuramento disciplinar do doente mental; inaugurou o espaço da hegemonia da clínica, condenando formas alternativas de cura; ofereceu um modelo de transformação à prisão e de formação à escola (MANSANERA; SILVA, 2000, p. 118).

Neste contexto, a família colonial passou a ser avaliada como não sendo capaz de cuidar da vida de crianças e adultos, devido à observação dos altos índices de mortalidade infantil e das condições sanitárias precárias dos adultos.

[...] Nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alterava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear características dos nossos tempos. Converteu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento sinônimo histórico de família burguesa (COSTA, 1999, p. 12-13).

Nessa direção Costa (1999) infere ainda que:

Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre as classes sociais (COSTA, 1999, p. 13).

Vale destacar que a política higienista chegou ao Brasil em um período histórico em que o regime republicano atravessava, nas duas primeiras décadas do século XX, um período de grandes agitações - a Abolição da Escravização, a Proclamação da República, a incipiente industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais, pessoas negras “livres” concentradas no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país.

Para estes intelectuais, uma das principais razões da crise atravessada pelo regime republicano encontravam-se nas condições “naturais” constitutivas do Estado Brasileiro. O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas não por causa da imaturidade histórica e política das elites dirigentes, mas – segundo eles – por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com “raças inferiores tinham-no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido (COSTA, 1976, p. 36).

Abriu-se campo para a proliferação de tecnologias e para o trabalho de especialistas que investigavam sobre a saúde dos imigrantes, a situação sanitária dos portos, o dia-a-dia das cidades, a higiene infantil, os hábitos e costumes populares, a eugenia ou “ideal de branqueamento” do povo brasileiro, o trabalho fabril. O discurso médico higiênico acompanhou o início do processo de transformação política e econômica da sociedade brasileira em uma economia urbano-comercial e expressou o pensamento de uma parte da elite dominante que queria modernizar o país (COSTA, 1976).

Aos dirigentes republicanos interessavam o desenvolvimento de um projeto de controle higiênico dos portos, a proteção da sanidade da força de trabalho e o encaminhamento de uma política demográfico-sanitária que contemplasse a questão racial.

A educação intelectual conduzida pela higiene ajudou a refinar e cultivar cientificamente a primitiva sociedade colonial. Mas, desde então, o nível de instrução e a capacidade intelectual entraram na era da competição, caucionada não só pela ordem econômica, mas também pela ciência médica. Os higienistas colaboraram no processo de hierarquização social da inteligência, criando a ideia de que o indivíduo «culto» era superior ao «inculto» (COSTA, 1999, p. 14).

Estamos nos referindo a estes marcos, cujo período histórico deu origem à Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), dessa maneira:

[...], a eugenia, importada da psiquiatria alemã como conceito científico pelos homens de capa branca, levou uma turma de discípulos a se unir no Rio de 1923 para fundar

a Liga Brasileira de Higiene Mental. Certos de que a doença mental era hereditária, pregavam a segregação e esterilização dos pacientes, especialmente dos não brancos, dotados de sabe-se lá que diabólicas tendências psíquicas, supostamente lesivas a uma idealizada raça brasileira (HIDALGO, 2011, p. 26, *apud* LEAL, 2018, p.38).

Para Jurandir Freire Costa (1976), esses psiquiatras tinham todos tendência a confundir ou pelo menos, a associar indevidamente os problemas psiquiátricos aos problemas culturais em geral. Para o citado autor a prevenção eugênica destinava-se a formar um indivíduo brasileiro mentalmente sadio. Mas esse brasileiro deveria ser branco, racista, xenófobo, puritano, chauvinista e antiliberal.

Os psiquiatras acreditavam que o Brasil se degradava moral e socialmente por causa dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial do povo brasileiro. Assim, o alcoolismo tornou-se causa da pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade (COSTA, 1976). Nessa perspectiva, Leal (2018, p. 38) conclui que:

As definições das doenças mentais, apresentadas por esse complexo sistema como um estigma, estão diretamente relacionadas à categorização dos seres humanos em padrões definidos de comportamento como normal/anormal, racional/louco, adaptado/desadaptado, apto/inapto, saudável/doente, conceitos que têm como suporte o modelo ideológico da eugenia. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a ter um movimento eugênico organizado. A eugenia foi saudada como a nova ciência capaz de levar a uma nova ordem social por meio do aprimoramento médico da raça humana e tinha o objetivo de melhorar/purificar as raças consideradas superiores e dar respaldo às práticas higienistas de segregação e extermínio das pessoas classificadas inferiores (STEPAN, 2004). A influência da eugenia e do higienismo ancorados no saber médico – que para consolidar-se como ciência oficial do Estado essencialmente racista e etnocêntrica, associava frequentemente características genéticas a desvios morais de determinadas minorias, conformando um ideal étnico-racial considerado superior (branco e eurocêntrico) (MORAIS, 2005).

Um retrato disso, pode ser conferido na obra autobiográfica “Diário do Hospício” do escritor brasileiro Lima Barreto que ao ser internado no asilo dos alienados no Rio de Janeiro em 1919, relata:

Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: delírio (BARRETO, 2017, p. 34).

Concordamos com Costa (1976, p. 27) quando refere que “a história da Psiquiatria brasileira criou uma atmosfera psiquiátrica saturada de conotações ideológicas”. Sobre esse aspecto,

[...] Quando o psiquiatra entra no manicômio encontra uma sociedade bem definida: de um lado, os loucos pobres; de outro, os ricos, a classe dominante com os meios para tratar os pobres doentes loucos. Sob esse prisma, como podemos pensar que a psiquiatria possa ser libertadora? O psiquiatra estará sempre numa posição privilegiada de dominante frente ao seu doente. Isso também faz parte da explicação da história da psiquiatria. A história dos poderosos, isto é, dos médicos, e nunca dos doentes. Partindo desse ponto de vista, tenho a dizer que a psiquiatria, desde seu nascimento, é em si uma técnica altamente repressiva que o Estado sempre usou para oprimir os doentes pobres, isto é, a classe operária que não produz (BASAGLIA, 1982, p. 14).

Desde a inauguração do Hospício Pedro II até a década de 1960, a assistência psiquiátrica brasileira se constituiu por sua oferta exclusiva e compulsória de internação em hospitais psiquiátricos públicos (YASUI, 2010 *apud* PASSOS, 2018b). O modelo manicomial foi implantado, de forma maciça, em todo o país durante toda a primeira metade do século XX.

Assim, podemos perceber como a história da psiquiatria está atrelada com as formas de assistência e tratamento que foram sendo desenvolvidos ao longo da história na realidade brasileira. Como parte da realidade dinâmica, a própria psiquiatria, suas práticas e técnicas foram se transformando, acompanhando as mudanças sociais, políticas e econômicas do País.

Como parte dessa história, não podemos deixar de registrar o impacto da referida assistência psiquiátrica prestada durante séculos pelas estruturas manicomiais. No livro da jornalista Daniela Arbex (2013), cujo título é “Holocausto Brasileiro” retrata então os reflexos do manicômio na vida não só dos sobreviventes da Colônia de Barbacena (MG), como também de seus familiares.

Reproduzimos abaixo algumas passagens do referido livro que retratam o horror e abandono nos pavilhões da Colônia:

Fome e sede eram sensações permanentes no local onde o esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômago para se alimentarem de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade. Além da alimentação racionada, no intervalo entre o almoço e o jantar, servidos ao meio-dia e às 5 horas da tarde, os pacientes não comiam nada. O dia começava com café, pão e manteiga distribuídos somente para os que estivessem em fila. A alimentação empobrecida não era a única a debilitar o organismo. Apesar de o café da manhã ser fornecido às 8 horas, três horas antes os pacientes já tinham que estar de pé. Eles seguiam para o pátio de madrugada, inclusive nos dias de chuva (ARBEX, 2013, p. 47).

O livro narra a história de inúmeras pessoas, uma delas é Sônia, sua vida foi assim versada:

Sônia cresceu sozinha no hospital. Foi vítima de todos os tipos de violação. Sofreu agressão física, tomava choques diários, ficou trancada em cela úmida sem um único cobertor para se aquecer e tomou as famosas injeções de “entorta”, que causavam impregnação no organismo e faziam a boca encher de cuspe (ARBEX, 2013, p. 51).

A autora relata ainda a realização de outras técnicas dentro da Colônia tais como a eletroconvulsoterapia, ainda realizada no País. A descoberta de tais técnicas entusiasmou a Psiquiatria nos anos 30 e 40. E nos anos 50 fortalece-se o processo de psiquiatrização com o aparecimento dos primeiros neurolépticos. Amarante (1994) afirma que as novas técnicas serviram para aumentar a demanda e produzir novos clientes, principalmente no que tange à assistência privada. Nessa direção, é a partir dos anos 50 que teremos a consagração triunfal da indústria farmacêutica (FREITAS; AMARANTE, 2017).

De acordo com os autores é no campo da saúde mental que a aliança entre medicina e indústria farmacêutica pode ser mais bem evidenciada como medicalização da existência. Nesse sentido, “a ideia que se propaga nesse caso é de que as dores da vida deveriam ser todas dispensadas, eliminadas por meio da medicação, na busca de um grau ótimo de eficiência existencial” (KEHL, 2015, p. 54).

Segundo os autores a epidemia das drogas psiquiátricas é um dos aspectos mais relevantes da medicalização do homem contemporâneo.

[...] Há o *boom* das psicoterapias que, durante a primeira metade daquele século, estavam restritas à psicanálise e às terapias comportamentais. Por outro lado, o surgimento dos psicofármacos é recebido pela sociedade como a descoberta das *pílulas milagrosas*, as quais era consideradas, à época, como a solução definitiva para os problemas psíquicos até então considerados sem cura: as psicoses, e, em particular, as aflições psíquicas que a medicina tradicionalmente havia considerado como neuroses e objeto das terapias da palavra (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 18).

Diehl, Manzini e Becker (2010), afirmam que os medicamentos psicotrópicos modificaram a paisagem da loucura, paulatinamente esvaziando os manicômios e substituindo a camisa-de-força e os tratamentos de choque pela redoma medicamentosa.

O mandato social de cura atribuído à medicina mental passa a ficar inseparável da ideia promovida pela indústria farmacêutica de que as drogas podem aliviar sintomas (FREITAS; AMARANTE), na visão dos autores:

Para que a indústria farmacêutica tenha êxito na expansão de seus negócios é imprescindível a *criação* de novos doentes. E para que esses novos doentes sejam criados é imperioso o papel do médico. Porém, sua presença não está limitada à

relação dual com o paciente, na medida em que o médico é o intermediário, por excelência, entre a indústria farmacêutica e o doente – ou seja, o indivíduo, o conjunto de indivíduos agrupados segundo as categorias de diagnóstico e a sociedade como um todo. O monopólio legítimo para a abordagem e o tratamento das doenças passa a ser reforçado pela aliança entre quem fabrica drogas consideradas legítimas e quem tem o poder para prescrevê-las. Esse laço entre a medicina e a indústria farmacêutica historicamente passa a garantir muito além do que havia no âmbito da doença e a tudo o que a ela se relaciona (FREITAS; AMARANTE, 2017, p. 33-34).

Para ilustrar o poderio da indústria farmacêutica, separamos um trecho do trabalho de Diehl; Manzini e Becker (2010, p. 332)

A fluoxetina tem papel de destaque na medicalização crescente da sociedade contemporânea. O Prozac® atingiu uma sociedade que estava no clima certo para ele. Campanhas apoiadas pelo laboratório Eli Lilly, fabricante do Prozac®, alertaram os médicos e o público para os “perigos da depressão”. O Prozac® foi lançado como totalmente seguro, podendo ser receitado para qualquer um. Era a droga maravilhosa, a resposta fácil, o reanimador instantâneo, o eldorado neurológico (Moore, 2007). Quando chegou o dia do lançamento, os pacientes já o pediam pelo nome. Em 1999, o medicamento respondia por mais de 25% do faturamento de 10 bilhões de dólares do laboratório (Moore, 2007), correspondendo a aproximadamente US\$ 2.61 bilhões (WHO, 2004).

Dialogando com tais ideias, evidenciamos também a seguinte análise:

As estratégias de expansão da indústria farmacêutica merecem atenção especial não apenas porque tendem a influir no dos diagnósticos de depressão, mas principalmente porque difundem uma versão patológica e *medicalizável* de todas as formas de inquietação, oscilação de ânimo e inadaptação à norma que caracterizam a vida e a vitalidade psíquicas – em detrimento da existência das manifestações do inconsciente (KEHL, 2015, p. 53).

Ao observarmos a lógica do encarceramento por meio dos manicômios e da medicalização, observamos que a violência enquanto um elemento estruturante de nossa sociedade, mais uma vez marca presença, as décadas de encarceramento deixaram marcas, as quais inúmeras pessoas carregam em suas vidas e corpos, como bem demonstra os relatos expressos no livro de Arbex (2013).

Partindo desse pressuposto, no artigo de Passos (2018a) intitulado “Holocausto ou Navio Negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira, a autora problematiza: por que comparamos o genocídio coletivo do maior hospício do Brasil (Hospital Colônia de Barbacena/MG) com o Holocausto Nazista? A pesquisadora questiona que a atualização das práticas manicomiais está muito mais atrelada ao colonialismo que ao holocausto. Concordamos com a afirmativa, principalmente por reconhecermos que o racismo estrutural é um dos elementos que integra a organização econômica e política da sociedade, e, portanto,

manifesta-se na sociabilidade, na naturalização das desigualdades e na violência como componentes da vida social contemporânea (LEAL, 2018). “Logo, torna-se fundamental racializarmos a história da loucura no Brasil” (PASSOS, 2018, p. 17).

Compreendemos assim que esses elementos e questões que estamos abordando a luz da análise de Passos (2018a) são de extrema importância dado que é principalmente essa população que continua sofrendo com as repercussões da violência estrutural gestadas pela dependência e pela superexploração da força de trabalho.

É inegável que em um cenário de descaso e violência como se caracterizavam os períodos onde os manicômios eram centrais como modelo de tratamento e a psiquiatria como poder e saber, a resistência começa a nascer, articulada com movimentos próprios da conjuntura brasileira por meio dos movimentos sociais, entre eles o movimento sanitarista.

O pensamento reformista da saúde propunha uma nova agenda e desenvolvia sua base conceitual, a partir de influências das perspectivas teóricas marxistas e estruturalistas. No caso da saúde mental, apesar das agendas de lutas serem comuns à do movimento sanitarista, surgiram particularidades em relação à constituição da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e seus atores devido a influência ídeo-política da Reforma Psiquiátrica Italiana (PASSOS, 2018b).

A reforma psiquiátrica é um processo que surge, a partir da conjuntura da redemocratização, em fins da década de 70, com o surgimento de um importante ator - o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) - movimento plural formado por trabalhadores integrantes do movimento sanitário, associações de familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas.

Nesse sentido, este movimento, através de variados campos de luta, passa a protagonizar e a construir a partir deste período a denúncia da violência dos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas em sofrimento psíquico. A experiência italiana de desinstitucionalização em psiquiatria e sua crítica radical ao manicômio é inspiradora, e revela a possibilidade de ruptura com os antigos paradigmas, como, por exemplo, na Colônia Juliano Moreira, enorme asilo com mais de 2.000 internos no início dos anos 80, no Rio de Janeiro. Passam a surgir as primeiras propostas e ações para a reorientação da assistência (BRASIL, 2005).

O II Congresso Nacional do MTSM ocorrido em 1987 na cidade de Bauru (SP), adota o lema “Por uma sociedade sem manicômios”. Neste mesmo ano, é realizada a I Conferência Nacional de Saúde Mental no Rio de Janeiro. Neste período, são de especial importância o surgimento do primeiro CAPS no Brasil, na cidade de São Paulo, em 1987, e o início de um processo de intervenção, em 1989, da Secretaria Municipal de Saúde de Santos (SP) em um hospital psiquiátrico, a Casa de Saúde Anchieta, local de maus-tratos e mortes de pacientes. É esta intervenção, com repercussão nacional, que demonstrou de forma inequívoca a possibilidade de construção de uma rede de cuidados efetivamente substitutiva ao hospital psiquiátrico. Neste período, são implantados no município de Santos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que funcionam 24 horas, são criadas cooperativas, residências para os egressos do hospital e associações (BRASIL, 2005).

A experiência do município de Santos passa a ser um marco no processo de Reforma Psiquiátrica Brasileira. Trata-se da primeira demonstração, com grande repercussão, de que a Reforma Psiquiátrica, era possível. Também no ano de 1989, ao Congresso Nacional encaminha-se o Projeto de Lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG), que propõe a regulamentação dos direitos da pessoa em sofrimento psíquico e a extinção progressiva dos manicômios no país. É o início das lutas do Movimento da Reforma Psiquiátrica nos campos legislativo e normativo.

A partir do ano de 1992, os movimentos sociais, inspirados pelo Projeto de Lei Paulo Delgado, conseguem aprovar em vários estados brasileiros as primeiras leis que determinam a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental.

É na década de 90, marcada pelo compromisso firmado pelo Brasil na assinatura da Declaração de Caracas e pela realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental, que passam a entrar em vigor no país as primeiras normas federais regulamentando a implantação de serviços de atenção diária, fundadas nas experiências dos primeiros CAPS, NAPS e Hospitais-dia, e as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos.

Neste período, o processo de expansão dos CAPS e NAPS é descontínuo. As novas normatizações do Ministério da Saúde de 1992, embora regulamentassem os novos serviços de atenção diária, não instituíam uma linha específica de financiamento para os CAPS e NAPS. Do mesmo modo, as normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos não previam mecanismos sistemáticos para a redução de leitos. Ao final deste período, o país tinha

em funcionamento 208 CAPS, entretanto cerca de 93% dos recursos do Ministério da Saúde para a Saúde Mental ainda eram destinados aos hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005).

É somente no ano de 2001, após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional, que a Lei Paulo Delgado é sancionada no país. A aprovação, no entanto, é de um substitutivo do Projeto de Lei original, que traz modificações importantes no texto normativo. Assim, a Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento psíquico, mas não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. Ainda assim, a promulgação da lei 10.216 impõe novo impulso e novo ritmo para o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil. É no contexto da promulgação da lei 10.216 e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que a política de saúde mental alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, passa a consolidar-se, ganhando maior sustentação e visibilidade.

Linhas específicas de financiamento são criadas pelo Ministério da Saúde para os serviços abertos e substitutivos ao hospital psiquiátrico e novos mecanismos são criados para a fiscalização, gestão e redução programada de leitos psiquiátricos no país. A partir deste ponto, a rede de atenção diária à saúde mental uma importante expansão, passando a alcançar regiões de grande tradição hospitalar, onde a assistência comunitária em saúde mental era praticamente inexistente. Uma política de recursos humanos para a Reforma Psiquiátrica é construída, e é pautada a política para a questão do álcool e outras drogas, incorporando a estratégia de redução de danos (BRASIL, 2005).

Realiza-se, em 2004, o primeiro Congresso Brasileiro de Centros de Atenção Psicossocial, em São Paulo, reunindo dois mil trabalhadores e usuários de CAPS. Este processo caracteriza-se por ações dos governos e dos movimentos sociais, para efetivar a construção da transição de um modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico, para um modelo de atenção comunitário.

2.2 O COMPLEXO DA DEPENDENCIA E AS OPRESSÕES COMO ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA

“A interpretação da nossa realidade, a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários. Talvez a Europa venerável fosse mais compreensiva se tratasse de nos ver em seu próprio passado”.

(Gabriel Garcia Márquez)

Iniciamos este capítulo destacando um pequeno fragmento do discurso do colombiano Gabriel Garcia Márquez proferido em outubro de 1982 quando o escritor recebeu o Prêmio Nobel de Literatura. Em seu discurso fica claro as marcas da invasão colonial, desse processo forjado pela exploração e pela opressão de um povo sobre outros, os múltiplos povos da Pachamama ou da África e toda a sua diversidade étnica, cultural, social, enfim toda a sua a sua cosmovisão particular e, historicamente determinada, serão reduzidos à cosmovisão dos dominadores de índios e de negros (SOUZA, 2019).

Depois do fatídico ano de 1492, quando Colombo atracou na América, esta nunca mais teve paz e o sangue dos seus filhos nunca deixou de escorrer. Destacar o genocídio empreendido na colonização não é, apenas, para manter viva a memória das atrocidades que os dominantes sempre buscam apagar é, sobretudo, lembrar do processo violento inaugural da constituição dos países latino-americanos, o qual se estendeu, também, aos africanos para cá sequestrados, donde, dos quase 15 milhões transportados, mais de um terço morreu durante a viagem. Do processo inaugural, os métodos de exterminação da população indígena e negra, aprimorados e institucionalizados, seguem correntes nos nossos dias. O genocídio é método corrente do colonialismo e, como já assinalado, o colonialismo é o método corrente do imperialismo, por isso, não se deve esquecer das atrocidades cometidas pela mais moderna das civilizações, em pleno século XX, em toda a África. Só os belgas assassinaram mais de 10 milhões de pessoas, no Congo, e até a recentíssima década de 1960, grande parte dos países africanos ainda estavam sob domínio colonial. Certamente a matança de um povo não é, apenas, dos indivíduos que compõem sua população, é a destruição da sua memória, da possibilidade de que os sobreviventes se apropriem da sua história, é, sobretudo o empobrecimento e o retrocesso daquilo que se pretende humano. Fernando Báez (2010) cunha dois termos de grande valia para esse destaque: memoricídio e etnocídio, aos quais acompanha a transculturação, pois, aos dominadores não bastava destruir a modo de ser encontrado, era necessário impor, também, o seu próprio modo de ser, mesquinho e arrogante. (SOUZA, 2019, p. 77).

Para compreender a proposta que delimitamos neste capítulo, torna-se necessário expor algumas críticas realizadas a categoria eurocentrismo. O eurocentrismo caracteriza-se como um modo de ver/analisar o mundo que se universalizou em um padrão cultural e teórico, como

se não existissem outros caminhos de desenvolvimento e de análise da realidade, para além da experiência do capitalismo ocidental.

De acordo com Dussel (1992, p. 8), a modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, “mas *nasceu* quando a Europa pôde se confrontar com o seu “outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um “ego descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da modernidade”.

Segundo o filósofo argentino, a relação da Europa com o outro, esse outro enquanto América Latina, não significou um “descobrimento”, como tenta nos apresentar a “história oficial”, no entanto pode ser interpretado como o “en-cobrimento” do não europeu.

Desse modo, a modernidade e sua racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus, conforme Quijano (2005, p. 211), desde este ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa e o resto do mundo “fueron codificadas en un juego entero de nuevas categorías: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno”.

Posto isto, cumpre indicar que os seus impactos da dominação colonial transcenderam o marco histórico da colonização e se reproduzem nas relações sociais, ainda, nos nossos dias, mostrando que o próprio colonialismo se perpetua, sob outros contornos.

Eduardo Galeano, afirma que América Latina entra no mundo pela porta de serviço; nesse mundo que é um mercado, onde se compram países, *Nuestra América* nasceu para obedecer (GALEANO, 2010).

A nossa história esteve relacionada ao mundo das mercadorias. Do ouro e da prata, seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo. O processo de produção que se estabelece nos países periféricos tem sido expressão do desenvolvimento do capitalismo europeu, que em seu momento de expansão subordina os elementos da nova sociedade ao ditame do capital na busca pelas mercadorias necessárias à sua expansão. Sendo assim:

O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas, que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva num trauma paralisador. Desenvolvendo-se dentro desse enquadramento, a maioria das nações americanas evoluiu como estruturas atualizadas. Primeiro, ao se integrarem no capitalismo mercantil como formações coloniais de vários tipos; depois ao se incorporarem ao imperialismo industrial como áreas neocoloniais (RIBEIRO, 2007, p. 41).

Segundo Williams (2012) a importância da descoberta da América não estava nos metais preciosos ali encontrados, mas no novo mercado inesgotável que ela oferecia aos produtos europeus. Um dos principais efeitos foi elevar o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que ele jamais teria alcançado de outra maneira. Ela gerou um enorme incremento ao comércio mundial. Os séculos XVII e XVIII foram os do comércio, assim como o século XIX foi o da produção. Para a Inglaterra, o comércio correspondia basicamente ao comércio marítimo triangular.

Eric Williams enfatiza a importância da associação entre o sistema colonial e o escravismo no processo de acumulação primitiva do capital nos países centrais da Europa e demonstra, em sua obra, o fluxo da circulação mercantil entre colônias e metrópoles, na qual as últimas detinham as rendas desse comércio, podendo investir internamente nos setores industriais apenas para dar destaque ao significado do colonialismo para a organização interna da produção de riquezas na América Latina, a partir do escravismo colonial.

Dessa maneira, na visão do historiador “a escravidão longe de ser um fator insignificante na vida econômica da colônia, tornara-se o próprio fundamento em que ela se alicerçava” (WILLIAMS, 2012, p. 58).

Moura em sua obra “Rebeliões da senzala: quilombos insurreições, guerrilhas (1959) reforça que a escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que vinha se realizando sua evolução nas primeiras décadas. Do outro, consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil.

Desde a colonização, toda a riqueza apropriada pelos donatários estrangeiros é transportada ultramar para fortalecer os impérios dominantes, ela escorre é das suas veias abertas, condenadas a fornecerem bens primários ao mercado internacional. Toda a riqueza arrancada do seu seio pelos braços de trabalhadores desterrados, miseráveis, escravizados, servis ou “livres” de toda a sorte de qualquer meio de produção (SOUZA, 2019).

[...] Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo. Por fim, e este era o fator decisivo, o escravo negro era mais barato. O dinheiro por dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro (WILLIAMS, 2012, p. 49-50).

Para Williams (2012, p. 32), o que fez com que o negro fosse sequestrado, na África, para trabalhar nas terras roubadas dos indígenas foi uma questão econômica, nas palavras do autor:

Quando se adota a escravidão, não se trata de uma escolha em detrimento do trabalho livre; simplesmente não há escolha. A razão da escravidão, escreveu Gibbon Wakefield, “são condições não morais, e sim econômicas; dizem respeito não ao vício e à virtude, e sim à produção. Com a população reduzida da Europa no século XVI, não haveria como prover a quantidade necessária de trabalhadores livres para uma produção em grande escala de cana-de-açúcar, tabaco e algodão no Novo Mundo. Por isso foi necessária a escravidão; e, para conseguir escravos, os europeus recorreram primeiro aos aborígenes e depois à África (WILLIAMS, 2012, p. 33).

De acordo com Souza (2019), a colonização impacta não, apenas, na alienação do trabalho, explorado de forma escravista; para que haja esse nível de exploração, é necessária uma construção social negativa do trabalhador, que incide não, apenas, na impossibilidade do trabalhador se elevar como ser social, através do pelo trabalho, mas, também, na negação da própria possibilidade de que o mesmo seja um ser social.

Os negros não sabiam que eram negros, até que os europeus os informassem. Também não se sabiam índios, os povos originários das Américas. O racismo contra o negro e o índio advém da situação econômica herdada da colonização e da escravidão. “Sim, a civilização europeia e seus representantes mais qualificados são os responsáveis pelo racismo colonial” (FANON, 2008, p.88). “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia”. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90). Nessa direção Williams (2012, p. 34) afirma que “a escravidão não nasceu do racismo: muito pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão”.

De acordo com Moura (1994 s/p) o racismo se configurou como um mecanismo fundamental na apropriação do território e expropriação da riqueza de inúmeros povos:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas”. Há também o racismo interno em várias nações, especialmente nas que fizeram parte do sistema colonial, através do qual suas classes dominantes mantêm o sistema de exploração das camadas trabalhadoras negras e mestiças. Com a montagem do antigo sistema colonial e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”.

Dessa maneira, a categoria racismo apresenta-se, também, como indispensável na análise das contraditórias relações sociais neste território. De acordo com Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo é estrutural, o que significa que não é um fenômeno conjuntural, uma anomalia ou patologia como costuma se reivindicar. O racismo é uma forma de racionalidade, de normalização, de assimilação das relações, das ações conscientes e subconscientes (ALMEIDA, 2018).

De acordo com Fanon (2008), a alienação colonial é um processo de mistificação, de negação e ocultação do ser. Essa mistificação perpetra um processo contraditório, que afeta a vida de cada indivíduo na sociedade, moldando seu modo de ser, sua condição psicológica. O negro, tendo negada a sua condição humana pelo processo colonial, se nega ao buscar afirmar sua humanidade.

O racismo estrutural, na América Latina, emana do processo de colonial que subjogou, escravizou e inferiorizou povos, territórios e culturas, a partir da estruturação do modo de produção escravista colonial, vinculado ao processo fundante do modo de produção capitalista na Europa. É expressão continuada da alienação colonial (FANON, 2008).

A formação sócio histórica brasileira tem, no seu cerne, o racismo, o qual foi transformado numa força ideológica fundamental para a garantia da estrutura desigual que proporciona a produção do valor nos territórios que, uma vez colonizados, só puderam se estabelecer num capitalismo dependente, subordinado à dinâmica das nações imperialistas. Conforme aponta Clóvis Moura (1994, p.2), “O racismo tem, portanto, em última instância, um conteúdo de dominação, não apenas étnico, mas também ideológico e político”. Nesse sentido, o racismo persiste na estrutura das relações de produção e reprodução social nesta sociedade, cindida pela superexploração e pela desigualdade como elemento fundamental para a estruturação das relações que possibilitam a organização social da extração de mais-valia (SOUZA, 2019, p. 44-45).

O racismo não é um fenômeno exclusivo das sociedades latino-americanas, ele se manifesta globalmente, entranhado nas relações contraditória da sociedade moderna, sendo fruto do mesmo processo contraditório que deu base a ela, como aponta Aimé Césaire (2010). O racismo é a herança da escravidão colonial, nascida dos mesmos processos que possibilitaram a existência da sociedade burguesa moderna.

O racismo é, no capitalismo dependente, uma determinação fundamental na racionalização dos desníveis sociais criados pela apropriação dividida da riqueza entre as classes dominantes internas e externas. Ele antecede a organização capitalista do trabalho, neste território, e confere sentido às ações das classes dominantes internas na tentativa de defender seu status quo frente à dominação externa. Criado pela dominação colonial clássica, o racismo foi reproduzido pela dominação imperialista, que, por si mesma, expressa formas de colonialismo. O imperialismo deu critério

pseudocientífico à inferiorização dos dominados, criado pelo colonialismo. O racismo expressa portanto, no capitalismo dependente, a racionalização do abismo social criado entre nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, reproduzido, internamente, pela superexploração das classes trabalhadoras (SOUZA, 2019, p. 152).

A condição alienada é, para Fanon (2008), produto de uma estrutura econômico-psicológica. Para o negro, a inferioridade foi historicamente sentida como uma inferioridade econômica, e o branco de superioridade. O branco é belo e rico. O negro feio e pobre. Para o negro, é como um sentimento de “menos-valia psicológica” dirá o autor. Ela se expressa de tal forma que “o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica” em termos de análise psicanalítica (FANON, 2008, p. 66).

Os impactos dessa alienação na vida dos indivíduos, negros e brancos, perpassam profundamente a construção de suas formas de sociabilidade, desde o modo de ver-se e de ver o outro. Passa, portanto, desde a construção sobre o que é o belo e o que é feio; o que é agradável e o que é repugnante, sobre o delicado e o bruto; até a construção das suas perspectivas de amor e da sua sexualidade. Aliás, tendo a sexualidade um papel fundamental à reprodução social, em termos amplos, Fanon (2008) mostra como, nesse âmbito da vida dos indivíduos, a mistificação impacta de formas perversas, dentre as quais a objetificação do corpo negro é uma grande expressão. Para Fanon (2008), a explicitação da origem da neurose, sonhos e demais manifestações psicológicas do racismo devem ser entendidas não como questões individuais, mas, sim, como manifestações de toda uma sociabilidade, o que transcende a existência individual.

É preciso dizer que, em certos momentos o social é mais importante que o individual. Penso em P. Naville escrevendo: Falar dos sonhos da sociedade como se fossem os sonhos do indivíduo, dos desejos coletivos de potência como se fossem o instinto sexual pessoal é inverter ainda uma vez a ordem natural das coisas, uma vez que, pelo contrário, são as condições econômicas e sociais das lutas de classes que explicam e determinam as condições reais nas quais se exprime a sexualidade individual, e que o conteúdo dos sonhos de um ser humano depende também, das condições gerais da civilização na qual ele vive (FANON, 2008, p. 100).

Para Fanon (2008), é fundamental reconhecer que há, na experiência vivida do negro, uma negação ontológica, oriunda do processo de colonização. Toda a experiência vivida dos sujeitos descendentes dos povos colonizados, mesmo após o fim do colonialismo, passa pela construção negativa do seu ser. Para os africanos e seus descendentes, a negação passa pela construção do ser negro. O tempo todo na sua relação com o outro, o não negro é apontado, é

confirmado como negro, como ser destituído de humanidade ou em nível abaixo dela (SOUZA, 2019). Isso estrangula as possibilidades do ser para aqueles que a construção social lega a identidade negra. Assim, conforme afirma Fanon:

Qualquer ontologia se torna irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há uma *weltanschauung* [cosmovisão] de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. (...) A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devemos nos lembrar que a situação tem duplo sentido. Responderemos, não é verdade. Aos olhos do branco o negro não tem resistência ontológica. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referências foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não os conhecia e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 103-104).

É da própria vivência que o referido autor abstrai os termos dessa afirmação-negativa do negro. De tudo que ouviu e sentiu na vida, como a maioria dos negros já ouviu ou sentiu, é que o pesquisador sintetiza a impossibilidade ontológica do negro nessa sociedade. Ela se manifesta no cotidiano: olhe, um preto; olhe, um preto, cuidado! nossa, é até bonita essa negra; é preto, mais é inteligente; a maior cantora negra; meu professor negro; o médico negro....

Para Fanon (2008), perante a sociedade alienada, espera que o classificado como negro, comporte-se no padrão de referência do que se forjou como sendo do negro. Que não comporte como um homem ou uma mulher, mas como um homem negro ou uma mulher negra. Isso significa a renúncia ser, a exigência do confinamento e do encolhimento pela confirmação do ser negro.

Para a construção deste capítulo consideramos as significativas contribuições da pesquisadora Souza (2019), em sua tese de doutoramento, onde a autora elucida o processo de transição do escravismo ao capitalismo dependente⁶. Tendo em vista que o Brasil foi o último país a abolir o trabalho escravo e o fez num momento em que a economia mundial não, apenas, já era dominada pelo capitalismo europeu e norte americano, como também esse capitalismo já expressava suas contradições (SOUZA, 2019). O desenvolvimento do capital, nos países centrais, implicava, desde os fins do século XIX, em novas configurações nas relações de dominação mundial, expressas tanto no colonialismo direto, como na dominação indireta das nações (in)dependentes e periféricas. Em superação de suas configurações concorrenciais, o capital monopolista impunha sua expansão ao mundo, não mais a partir da drenagem de

⁶ Essa análise está originalmente em Clovis Moura “Rebeliões da Senzala” e “Dialética radical do Brasil negro”.

riquezas produzidas por outras organizações sociais do trabalho, mas pela dominação total dos processos produtivos e da apropriação direta da riqueza.

É a partir desse momento de acordo com Marini que a América Latina vai cumprir uma particularidade histórica no âmbito da reprodução geral do capital em esfera mundial, dada estruturalmente pela dependência.

A dependência, de acordo com a análise de Marini (2005), pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição, o que sustenta a dominação a partir de dentro, tendo em vista a reformulação constante das relações sociais de produção.

O papel da América Latina, não ficou restrito à produção e à exportação de bens primários, essenciais para a grande indústria. Além de ser um pequeno mercado consumidor para os produtos industrializados europeus, ela contribuiu para um salto qualitativo do capitalismo no continente, nesse sentido, temos que:

[...] Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes [países industriais], a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção (MARINI, 2005a, p.144).

No entendimento da TMD, os países centrais e periféricos possuem padrões de reprodução do capital distintos, isto é a produção e a circulação do capital não ocorre da mesma forma nas realidades de capitalismo central e periférico, de acordo com Osório (2012b, p. 73) “Cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneiras diversas, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige”.

A especialização da periferia na produção de bens primários, herança do período colonial, ao elevar a produtividade nesses setores, proporcionou a redução do valor dos bens-salários nas economias centrais, “o que tornou factível a redução do tempo de trabalho necessário e permitiu ‘liberar’, por sua vez, uma faixa da força de trabalho nas economias

industriais dos trabalhos agrícolas, para se dedicar à produção manufatureira” (OSÓRIO, 2013, p. 64).

Este processo permitiu nos países centrais o desenvolvimento de um padrão de reprodução do capital em que há o predomínio da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta, passando os trabalhadores a desempenharem um papel cada vez mais significativo na realização da mais-valia, já que formarão parte substancial do mercado interno e do consumo.

No caso dos países periféricos, a histórica concentração da produção em produtos de baixa composição orgânica do capital acabou por desencadear o desenvolvimento de um padrão de reprodução do capital voltado ao mercado externo, em que o ciclo do capital se realiza predominantemente nas economias centrais e “no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo” (OSÓRIO, 2013, p. 65).

Esse padrão foi reforçado por outro importante processo. Os desiguais graus de produtividade entre as nações, tanto num mesmo ramo como em diferentes, além dos monopólios, permitiram aos países centrais se apropriar de um valor originalmente produzido nas economias dependentes. Esse fenômeno, identificado inicialmente pelo economista argentino Raúl Prebisch, no âmbito do comércio internacional, através do conceito de trocas desiguais, na verdade é muito mais profundo, e envolve aspectos da produção (diferentes composições orgânicas de capital, por exemplo) e circulação (existência de monopólios e patentes), constituindo-se de fato num processo de transferência de valor das economias dependentes às economias imperialistas (SILVA, 2018a).

Um dos movimentos explicativos da dependência refere-se aos mecanismos de transferência de valor. Nas relações comerciais entre países tecnologicamente mais ou menos avançados, a aparência do fenômeno encarnada nos preços deteriorados das mercadorias das periferias, em relação aos preços crescentes dos produtos das economias centrais, expõe o teor do intercâmbio desigual, a partir do modo específico de produção das mercadorias em cada país.

Assim, a transferência de valor, em realidade apropriação privada pelas economias centrais de parte da produção social (mais-valia) produzida pelas economias periféricas, reforça a superexploração da força de trabalho como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Através da superexploração da força de trabalho, a dependência ganha materialidade e explicita a real condição de ser do capitalismo na América Latina. A superexploração da força de trabalho trata-se, de acordo com Traspadini e Stedile

(2005, p.35), de “um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter suas perdas de lucro na relação de dependência com o mundo”.

2.3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E OS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DO TEMPO DE VIDA E SUAS IMPLICAÇÕES NO ÂMBITO POLÍTICO-SOCIAL E DA SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES

A categoria superexploração da força de trabalho foi desenvolvida pelo intelectual brasileiro e militante Ruy Mauro Marini no bojo da proposta inaugurada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Antes de problematizarmos propriamente o arsenal categórico da superexploração, consideramos importante apresentar brevemente alguns elementos da história da TMD.

Pesquisar sobre a (TMD) na universidade brasileira, nem sempre foi uma tarefa acessível por inúmeros motivos, entre eles - ressaltamos o boicote intelectual ao pensamento dos representantes dessa tradição (PRADO, 2010). Conforme Luce (2018) exatamente por seu sentido transformador a TMD foi perseguida pelo terror do Estado, combatida pelo dogmatismo teórico e marginalizada pelo neoliberalismo acadêmico.

A Teoria da Dependência de acordo com Dos Santos (2018), surgiu na América Latina nos anos 1960, a qual tentava explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região, iniciado em 1930-1945. Desde os anos 1930, as economias latino-americanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da industrialização, caracterizada pela substituição de produtos importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional.

Segundo Dos Santos (2018) a indústria nos principais países dependentes e coloniais serviu de base para o novo desenvolvimento industrial do pós-guerra e terminou se articulando com o movimento de expansão do capital internacional, cujo núcleo era as empresas multinacionais criadas nas décadas de 1940 a 1960.

Diante dessa realidade, para a teoria da dependência esse momento histórico representava a abertura de um caminho para compreender as causas da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina.

O debate da dependência contou com os esforços das mais variadas perspectivas, havendo embate principalmente entre quatro correntes ideológicas, são elas: os Partidos Comunistas vinculados a Terceira Internacional, o Foquismo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Escola da Dependência (TRASPADINI; STEDILE, 2005).

A respeito da chamada Escola da Dependência demarcamos duas vertentes, pela vertente marxista, destacamos os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Por outro lado, houve a vertente weberiana, schumpeteriana com Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto.

A TMD emerge em um momento de intensa luta de classes no Brasil e na América Latina, em um momento histórico em que golpes militares se desembocam por todo o continente.

[...] O encontro no exílio, forçado desde fora, criou desde dentro, novos panoramas intelectuais e vivenciais da luta de classes para estes sujeitos. No palco de um mundo dividido entre o capitalismo e o comunismo, a solidariedade na convicção de que era necessário superar o capital, potencializou - entre os intelectuais e militantes de esquerda - as condições objetivas de consolidação epistêmica, política e social para além do capital: a Teoria Marxista da Dependência (TMD) (TRASPADINI, 2016, p. 62-63).

É da Cepal a teoria de que a industrialização capitaneada pelo Estado com o auxílio do capital externo era a única forma de romper com o atraso e pôr fim ao subdesenvolvimento. Marini (1992) apontava para a impossibilidade de romper com o subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo, indicando que ele era, antes de tudo, consequência própria do capitalismo. Transcrevemos assim uma importante passagem de Bambirra:

Acreditamos que os equívocos de muitas interpretações sobre o processo de desenvolvimento latino-americano não se devem às limitações dos “dados disponíveis”, mas decorrem fundamentalmente das deficiências das concepções metodológicas geralmente utilizadas que produziram teorias cujo objetivo é, no fundo e mais que nada, *justificar* certo tipo de desenvolvimento em vez de tentar *explicá-lo* (BAMBIRRA, 2013, p.37).

A TMD é a síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo. Deste encontro nasceu o veio teórico em que se descobriram categorias originais, para dar conta de explicar processos e tendências específicos no âmbito da totalidade integrada e diferenciada que é o capitalismo mundial (LUCE, 2018).

De acordo com Luce (2018) a partir das formulações da TMD logrou-se decisivamente, com maior rigor a compreensão crítica de que:

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento não eram processos desvinculados, nem um *continuum* separado pelo tempo ou superável meramente por políticas econômicas; que a industrialização em si, sem a ruptura com as estruturas socioeconômicas dominantes, não seria capaz de levar à superação das enormes mazelas em nossas formações sociais, mas produziria formas renovadas da dependência (LUCE, 2018, p. 11- grifo do autor).

Assim para os pensadores da TMD a dialética do desenvolvimento admite que o subdesenvolvimento de alguns países é resultado diretamente do que determina o desenvolvimento dos demais.

Marini (2005a) postula em seu ensaio “Dialética da Dependência” que o princípio da dependência é a superexploração do trabalho, apresenta três formas ou modalidades em que a superexploração pode se dar: i) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; ii) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; iii) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador.

De acordo com Luce (2013) para além desses três mecanismos, Marini em “Las razones del neodesarrollismo” (2000) considerou também o hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração como uma quarta modalidade de superexploração. Na primeira e na última forma, o capital atenta contra o fundo de consumo do trabalhador, nas duas outras, contra o fundo de vida (LUCE, 2013).

Segundo Osório (2009, p.171) a superexploração pretende dar conta “de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, viola-se o valor da força de trabalho”.

A superexploração pode ser entendida como uma violação do valor da força de trabalho, pelas seguintes razões:

Um salário insuficiente ou um processo com sobrecarga (seja pelo prolongamento da jornada laboral, seja pela intensificação do trabalho), que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos em que o capital está se apropriando hoje de anos futuros do trabalho e de vida. Definitivamente, estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola o valor da força de trabalho (OSÓRIO, 2012b, p. 51).

Como nos alerta (LUCE, 2013; 2018) desde logo, os vocábulos transgressão e violação não devem ser lidos no sentido de uma anulação da lei do valor, o pesquisador afirma que:

Com efeito, para Marx, a lei do valor não implica a igualdade de preços (no caso, salários) e valor (valor da força de trabalho). Como então sustentar a ideia de que a categoria da superexploração expressa uma “violação” do valor da força de trabalho, sem pressupor a violação da lei do valor? A resposta reside em que a dialética marxiana em *O capital*, ao desvelar as leis de funcionamento do capitalismo, captou leis que são de tendência e que podem apresentar contratendências cumprindo uma função de contra-arrestar os efeitos das primeiras. Assim como Marx discutiu a capacidade de o capital contra-arrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro por meio do comércio exterior, a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contra-arrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho (LUCE, 2013, p. 147).

De acordo com Osorio, o desdobramento ulterior da categoria da superexploração desenvolvida por Marini passa pela reflexão em torno do fato de que a força de trabalho possui um valor diário e um valor total e que, no capitalismo dependente, essa diferenciação entre valor diário e valor total da força de trabalho é crucial para compreender melhor a categoria superexploração.

Marx já havia dito em sua obra “*O Capital*” que “o valor diário da força de trabalho é calculado sobre a base de certa duração da vida do trabalhador, a qual corresponde a certa duração da jornada de trabalho” (MARX, 2013, p. 609), então:

Isto implica que o produtor deve se apresentar no mercado de trabalho com uma determinada quantidade de anos, pautado pelas condições de saúde e pela esperança de vida alcançadas em períodos históricos específicos, em que a *vida laboral* deve *constituir uma parte da vida total* dos produtores, fronteira que, como a jornada de trabalho, é definida pela força dos antagonismos, numa “guerra civil” de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (OSORIO, 2013, p. 59).

Deste modo, a superexploração da força de trabalho implica na desigualdade intensa desde seu nascimento na relação entre o trabalho excedente e o trabalho necessário, expressando-se no preço do salário inferior à necessidade diária de reposição da força de trabalho. Ou, ainda, quando a intensidade do trabalho e o prolongamento da jornada de trabalho são tais que por meio do salário é impossível repor o desgaste da força de trabalho total. Este último caso tende a se expressar através das baixas expectativas de vida das populações dos países periféricos.

A superexploração se traduz em salários pagos abaixo do valor necessário para a reprodução de vida do trabalhador e uma vida cotidiana de satisfação das necessidades básicas, intensamente atrelada ao crédito-endividamento dos trabalhadores, são marcas tangíveis do caráter da superexploração da força de trabalho na América Latina (TRASPADINI, 2016).

O recurso à superexploração da força de trabalho, bem como o caráter exportador das economias latino-americanas, configuram no capitalismo dependente um ciclo particular do capital como já dito até aqui, no entanto, reforçamos que se, nas economias industrializadas, o mercado interno cumpre um papel dinamizador fundamental, sendo a capacidade de consumo das classes trabalhadoras seu componente vital, nas sociedades agrário-exportadoras da América Latina não é assim que a coisa se dá.

A separação entre as esferas do ciclo do capital, com a circulação se realizando fundamentalmente no mercado externo, faz com que o consumo individual do trabalhador não interfira na realização do produto. O resultado disso é a opção pelo sacrifício da capacidade de consumo individual do trabalhador e da constituição de um mercado interno, potencializando, em compensação, os mecanismos, já descritos, de superexploração do trabalho. Porém, se, para as classes trabalhadoras, ocorre o subconsumo, o mesmo não se pode dizer das classes dominantes, que concentram a mais-valia não acumulada. Dá-se, então, origem a:

[...] uma estratificação do mercado interno, que é, também, uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera ‘baixa’, em que participam os trabalhadores – que o sistema se esforça para restringir –, se baseia na produção interna, a esfera ‘alta’ de circulação, própria dos não trabalhadores – que é a que o sistema tende a ampliar –, se entronca com a produção externa, através do comércio de importação (Marini, 2005a, p.165).

Considerando o particular padrão de reprodução do capital nas sociedades latino-americanas tendo como central o processo de superexploração da força de trabalho nessas latitudes, podemos afirmar que o capitalismo opera aqui uma processualidade radicalmente contraditória, a qual desempenhou importante papel na exacerbação do conflito entre capital e trabalho (CARRARO, ROCHA, 2013). Nessa direção, Bambirra enfatiza que:

O resultado final ao qual o desenvolvimento dependente conduz é, portanto, a agudização das contradições entre a concentração do poder econômico e político das classes dominantes e o conjunto da população dominada. Essa contradição, que leva à radicalização do regime político das classes exploradas e assume, em muitos países, características neonazistas – das quais a melhor expressão é o Brasil – conduz a uma radicalização política acentuada da classe operária, do campesinato pobre e de setores da pequena-burguesia e das classes médias, apontando na direção da superação de

suas ilusões nacionalistas e reformistas e orientando-se rumo a uma confrontação em termos de luta de classes (BAMBIRRA, 2013, p. 217).

Roberta Traspadini em sua tese de doutoramento (2016) realiza uma importante discussão a respeito da superexploração da força de trabalho e da opressão, defende que ambos são mecanismos estruturais do capitalismo dependente emanados de uma histórica situação de violência estrutural.

Portanto, ao buscarmos relacionar nesta proposta de pesquisa a superexploração da força de trabalho e saúde mental obrigatoriamente temos que considerar o complexo que estrutura o capitalismo dependente (ROCHA, 2019)⁷. Sendo assim consideramos também o racismo e o patriarcado como categorias constituidoras de nossa formação socioeconômica que no processo de produção e reprodução social perpassa a subjetividade dos trabalhadores, assim como produz sofrimento psíquico. Em sua pesquisa sobre os efeitos psicossociais do racismo a psicanalista Maria Lúcia da Silva, reafirma a necessidade de se retomar tal história:

É preciso a inauguração de uma psicanálise brasileira comprometida com a construção de uma clínica que não recuse a realidade histórico-social de nosso país e que leve em consideração o impacto dessa história na construção das subjetividades. Para tanto, também é preciso romper com o silenciamento (LÚCIA DA SILVA, 2017, p. 87).

Por isso, refletirmos sobre as determinações estruturais do sofrimento psíquico dos trabalhadores requer retomarmos as condições histórica sobre as quais se desenvolve a história pessoal e coletiva do indivíduo ou de um grupo étnico (LÚCIA DA SILVA, 2017). Passos (2018a, p.13) afirma que “não podemos esquecer que o capitalismo e sua sociabilidade estão assentados no racismo e no patriarcado”. Nesse sentido, recuperamos a análise do Psicanalista Jurandir Freire Costa, o qual avalia que o racismo não é um acessório ideológico, acidentalmente colado ao *ethos* burguês, refere ainda que:

[...] A consciência de classe tem, na consciência da «superioridade» biológico-social do corpo, um momento indispensável à sua formação. O indivíduo de extração burguesa, desde a infância, aprende a julgar-se «superior» aos que se situam abaixo dela na escala ideológica de valores sócio-raciais. Por isso mesmo, admite com mais facilidade e, às vezes, com marcante insensibilidade a situação de inferioridade sócio-econômica a que geralmente estão submetidos os banidos da elite física: «crioulos», «paraibas», «caipiras» etc. Por isso mesmo, quando, por vezes, consegue despojar-se da ideologia política de sua classe social, continua avaliando pejorativamente o corpo,

⁷ A discussão apresentada sobre o complexo do capitalismo dependente é fruto de anotações pessoais sobre reflexões realizadas pela prof^a Dra. Mirella Farias Rocha, na disciplina de graduação “Economia do Brasil Contemporâneo” na ESS/UFRJ, durante a realização de meu estágio docência nos meses de abril e maio do corrente ano.

os gestos, a fala, o modo de ser e viver dos mal-nascidos. Continua, *malgré lui*, fascinado pelo corpo burguês, higienicamente urbanizado e disciplinado (COSTA, 1999, p. 13-14).

Nessa direção, no tema que aqui nos ocupamos fica indicada a necessidade de apreender a realidade como totalidade. De acordo com Gouvêa e Mastropaolo (2019, p. 4) “compreender a classe dissociada da divisão racial, sexual e internacional do trabalho é uma idealização. Assim como também o é compreender o racismo, o patriarcado ou a dependência dissociada da mercantilização, que os sobredetermina na sociedade capitalista”.

Por isso, entendemos que a partir das formulações da TMD, especialmente da categoria superexploração da força de trabalho conseguimos caracterizar as determinações particulares do desenvolvimento capitalista latino-americano que configuram concretamente o complexo denominado como dependência (GOUVÊA; MASTROPAOLO, 2019), temos assim que:

A superexploração está diretamente vinculada às múltiplas formas de opressão que a sustentam, como a opressão étnico-racial, de gênero, sexual e patriarcal. Nas expressões cotidianas da desigualdade intolerante, o presente se mescla com o passado colonial e o debate parece nos remeter cotidianamente sobre a manutenção de um processo histórico que insiste em permanecer vivo na América Latina: a violenta herança colonial. Acredito que a superexploração, raiz do capitalismo dependente latino-americano integrada, desde a semente, ao capitalismo desigual e combinado em geral ao ser colocada em movimento dialógico com a opressão, expõe situações que dimensionam de forma evidente o teor da extração de valor no continente (TRASPADINI, 2016, p. 73-74).

Marini (2005b) afirma que as implicações da superexploração transcendem o plano de análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político. É nessa direção que construímos a interlocução entre a superexploração da força de trabalho e saúde mental, levando em consideração especialmente os processos de espoliação (esgotamento físico e psíquico) que estão submetidos os trabalhadores diariamente em nosso país.

Os chamados Transtornos Mentais Comuns (TMC) que se caracterizam por um conjunto de sintomas incluindo ansiedade, insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas, “que, além de causarem intenso sofrimento psíquico, geram incapacidade funcional comparável ou até pior aos quadros crônicos já estabelecidos” (COSTA, DIMENSTEIN, LEITE, 2014, p. 146).

Dessa maneira tais transtornos se apresentam como uma das morbidades psíquicas mais prevalentes. Segundo dados do relatório divulgado em 2017 pela Organização Mundial da Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OMS/OPAS) o Brasil, é considerado o

campeão de casos de depressão na América Latina, com 11,5 milhões de pessoas (5,8% da população), enquanto distúrbios relacionados à ansiedade afetam mais de 18,6 milhões de brasileiros (9,3% da população).

Conforme Guardabassi (2018) no jornal *Destak*, no Brasil, em 2016, cerca de 75,3 mil trabalhadores foram afastados pela Previdência Social em razão da depressão.

A pesquisa desenvolvida por Gonçalves et al. (2014) consiste no primeiro estudo multicêntrico no Brasil feito nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza, que analisa a proporção de prevalência TMC em usuários da atenção primária e sua associação com fatores sociodemográficos.

As quatro cidades apresentaram índices elevados de TMC, ansiedade e depressão, problemas amplamente detectados em mulheres, desempregados e entre pessoas com baixa escolaridade e/ou baixa renda. Para os autores, as altas taxas de TMC associam-se à violência urbana generalizada e a condições socioeconômicas adversas, assim como à poluição, aos níveis elevados de ruído e à falta de áreas de lazer nas cidades brasileiras. A contribuição desse estudo é demonstrar que cada região possui suas particularidades com relação aos fatores associados ao sofrimento psíquico.

Tais transtornos podem representar um importante problema de saúde pública devido à sua alta prevalência e graves efeitos sobre a vida da população e em relação ao uso dos serviços de saúde (SILVAb et al, 2016).

Desejamos assim caracterizar os alarmantes dados a respeito do crescente sofrimento e adoecimento psíquico dos trabalhadores em sua relação com a estrutura social do capitalismo dependente que, como apresentado em nossa hipótese se desenvolve a partir de um complexo radicalmente contraditório que por meio da superexploração da força de trabalho rouba não somente as condições necessárias para os trabalhadores reporem o desgaste de sua força física, mas, sobretudo rouba a sua vida, o seu tempo que se perde a cada trajeto de ida e volta ao trabalho. Nessa direção, a autora Maria Rita Kehl (2015) chama atenção para a ideia de tempo na sociedade capitalista enfatizando que toda ordem social é marcada, à sua maneira pelo controle do tempo, assim consideramos:

[...] O indivíduo moderno também não é senhor de seu tempo – a diferença é que ele já não sabe disso, “Aproveitar bem o tempo” é um dos imperativos da vida contemporânea, que corresponde a uma série de possibilidades que de fato se abriram para o desfrute da vida privada nas sociedades liberais. O indivíduo, sob o capitalismo liberal, dispõe de uma enorme variedade de escolhas quanto ao desfrute de seu tempo livre, não mais regulado pelos ritos e pelas proibições da vida religiosa nem limitado pelas horas de luz do dia ou pelo maior ou menor rigor das estações. Por outro lado, a

marcação que caracteriza o tempo do trabalho (de forma desproporcional à oferta efetiva de oportunidades de trabalho) invade cada vez mais a experiência da temporalidade, mesmo nas horas de lazer. Não me refiro ao ócio, essa forma de passar o tempo tão desmoralizada em nossos dias, mas às atividades de lazer marcadas pela compulsão incansável de produzir resultados, comprovações, *efeitos* de diversão, que tornam a experiência do tempo de lazer tão cansativa e vazia quanto a do tempo da produção. Nada causa tanto escândalo, em nosso tempo, quanto o tempo vazio. É preciso “aproveitar” o tempo, *fazer render* a vida, sem preguiça e sem descanso (KEHL, 2015 p. 125).

Na opinião da autora o que o capitalismo em estágio avançado expropria dos sujeitos já não se limita somente àquela fatia do tempo de vida cedida de graça ao lucro do patrão, que Marx, qualificou de mais-valia. O capitalismo contemporâneo apropria-se e alimenta-se de algo mais íntimo do que a força de trabalho, o capitalismo alimenta-se do mais-de-gozar, em seus termos:

É fácil perceber os efeitos de vazio subjetivo produzidos por tal apropriação, a despeito de todas as engenhocas que o mercado oferece para compensar os sujeitos dessa expropriação do que lhes é mais genuíno: a invenção singular de destinos de pulsão. Na sociedade de consumo, gozar é a forma mais eficaz de trabalhar para o Outro. A dimensão subjetiva dos prazeres, das pulsões, dos afetos, transformou-se em força de trabalho na sociedade regida pela indústria da imagem. O que esse trabalho produz? Nada mais nada menos que os sujeitos de que o atual estágio do capitalismo necessita: sujeitos esvaziados do que lhes é mais próprio, mais íntimo, portanto disponíveis para responder aos objetos e imagens que os convocam; sujeitos ligados ao puro “aqui e agora” de um presente veloz, incapazes de imaginar um devir que não seja apenas a reprodução da temporalidade encurtada característica do capitalismo contemporâneo. (KEHL, 2015, p. 95-96).

Desse modo, para a psicanalista, o homem contemporâneo vive tão completamente imerso na temporalidade urgente dos relógios de máxima precisão, no tempo contado em décimos de segundo, que já não é possível conceber outras formas de estar no mundo que não sejam as da velocidade e da pressa (KEHL, 2015).

Levando em consideração esta nova forma de se relacionar com o tempo inaugurada pela sociedade do capital, em um dos seus estudos sobre a depressão a mencionada autora assegura que:

A partir daí, é razoável supor uma relação entre o aumento dos casos de depressão e a urgência que a vida social imprime à experiência subjetiva do tempo. A temporalidade tecida de uma sequência de instantes que comandam sucessivos impulsos à ação, não sustentados pelo saber que advém de uma prévia experiência de duração, é uma temporalidade vazia, na qual nada se cria e da qual não se conserva nenhuma lembrança significativa capaz de conferir valor ao vivido (KEHL, 2015, p. 116).

Nessa lógica, a relação dos homens com o tempo é marcada pela angústia que conforme Kehl (2015) se traduz em uma formação subjetiva particular do indivíduo moderno. A autora realiza ainda um importante questionamento sobre as formas de relação com o tempo e seus efeitos na saúde psíquica,

Qual será o efeito, sobre a vida psíquica, da perda do registro mnêmico de outras formas de relação com o tempo? De que ordem são as marcas inconscientes das temporalidades pré-modernas? É evidente que algo do valor da vida se perde quando o tempo, matéria do vivido, passa a ser tributário dos instrumentos científicos criados para sua medição, hoje a serviço de um Mestre que reina sobre quase todo o planeta na forma dos caprichos, sempre misteriosos aos olhos do homem comum, do capital financeiro globalizado (KEHL, 2015, p. 124).

O tempo é como vimos um instrumento muito importante para o capital, inclusive é no capitalismo que o tempo de vida dos trabalhadores é expropriado, para além disso, como bem afirmou Kehl (2015) o capitalismo expropria a dimensão subjetiva dos prazeres, das pulsões, dos afetos. Acreditamos que a relação dos homens e das mulheres com o tempo na realidade do capitalismo periférico assume uma dimensão ainda mais dramática, pois estamos falando no encurtamento do tempo de vida dos trabalhadores, dada a ausência das condições para o trabalhador reproduzir sua vida, na satisfação de suas necessidades básicas.

3 SAÚDE MENTAL E TRABALHO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo da dissertação, apresentamos a pesquisa realizada na produção teórica do Serviço Social tendo como fontes de dados os artigos científicos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores (as) em Serviço Social (ENPESS) e nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), buscando evidenciar as tendências dos estudos que articulam saúde mental e trabalho.

A construção metodológica desta dissertação respaldou-se esforço formulado a partir da apreensão do método materialista-dialético. Portanto, o ponto de partida teórico-metodológico não abre mão do legado teórico e político do marxismo, acreditamos que tal legado é o mais adequado, ao passo que recomenda situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução social, frente às múltiplas causas que o determinam, numa perspectiva estrutural, o que significa analisá-los inseridos na totalidade concreta.

Nessa perspectiva Lara (2007) reforça que esse método de apreensão da realidade social não se atém a procedimentos de raciocínio apoloéticos ou contemplativos, mas tem como premissa a construção de um saber que põe em primeiro momento as condições sociais reais do homem e suas formas de existência.

Nesse sentido, cumpre dizer que para considerarmos tais pressupostos do método é necessário pensarmos desde a nossa forma particular de existência enquanto país e continente onde o subdesenvolvimento é a regra. Dessa maneira, estamos nos referimos a respeito das formas particulares que regem a reprodução do capital nas economias dependentes, no marco do desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial.

Destacamos aqui que o percurso metodológico se baseia no desafio versado por Frei Beto - “a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”. Desse modo, é imperativo demarcarmos o lugar onde os nossos pés estão fincados, portanto o fio condutor da pesquisa é a *latinoamericanização* do debate, considerando a necessidade da construção de horizontes categoriais assentados na realidade concreta de Nuestra América.

Elencamos a pesquisa bibliográfica como uma ferramenta fundamental para a construção deste estudo. Ademais propomos a realização de uma pesquisa empírica de natureza quanti-qualitativa, nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) no período de 2010-2018.

Analisar os anais dos (ENPESS) fundamenta-se por ser um grande evento de pesquisadores do Serviço Social, o qual contribui para a produção científica e técnica da área e para a socialização das pesquisas. Assim como, ressaltamos a importância do CBAS para a categoria profissional, principalmente no que se refere ao diálogo que as produções teóricas tendem a estabelecer a partir da realidade dos espaços sócio ocupacionais dos assistentes sociais.

Considerando o período cronológico da pesquisa analisamos o número de trabalhos referentes a cinco edições do ENPESS e a três edições do CBAS.

O mapeamento das tendências da produção do conhecimento no Serviço Social sobre saúde mental e sua correlação com o trabalho, tendo em vista problematizar as perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas expressas nessas produções nos últimos oito anos, permitiu a sistematização de algumas informações conforme a seguir:

Quadro 1: Edições pesquisadas do ENPESS

ANO	TEMA DO ENPESS	LOCAL
2010	Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?	UERJ/Rio de Janeiro
2012	Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão	UFJF/ Juiz de Fora
2014	Lutas Sociais e Produção de Conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital	UFRN/Natal
2016	Formação e trabalho profissional: Reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS	Ribeirão Preto/SP
2018	Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social	UFES/Vitória

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Quadro 2: Edições pesquisadas do CBAS

ANO	TEMA DO CBAS	LOCAL
2010	Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social	Brasília/DF
2013	Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais	Águas de Lindoia/SP
2016	80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão	Olinda/PE

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Neste sentido, o plano analítico da pesquisa deteve-se nas seguintes informações:

- a) Quantificação dos artigos produzidos relativos à categoria “saúde mental” nas fontes supracitadas, no período de 2010-2018.
- b) Por meio de um sistema de busca simples, realizamos um filtro considerando os trabalhos que apenas apresentaram a categoria em seu título. Desse modo elegemos o título como um critério de elegibilidade de nosso estudo, tendo em vista a necessidade de padronizar a busca em todos os anais, dado que o sistema de busca disponível nos CD’s dos referidos eventos permite a busca apenas por título ou autoria, inviabilizando a tentativa inicial de pesquisa que abarcaria também análise de resumo e palavras-chave;
- c) Elaboração do quadro sinóptico da pesquisa, constando além da fonte, autores, título e ano também o resumo do debate teórico dos artigos pesquisados;
- d) Categorização da produção teórica pesquisada por eixos temáticos;
- e) Seleção de amostragem para análise de conteúdo de alguns artigos por eixos temáticos.

A pesquisa na base de dados (CD’s dos eventos escolhidos como fonte da pesquisa) ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2019, segundo passos metodológicos referidos acima.

Os dados foram transcritos e sistematizados por meio do Microsoft Word® e Microsoft Excel®.

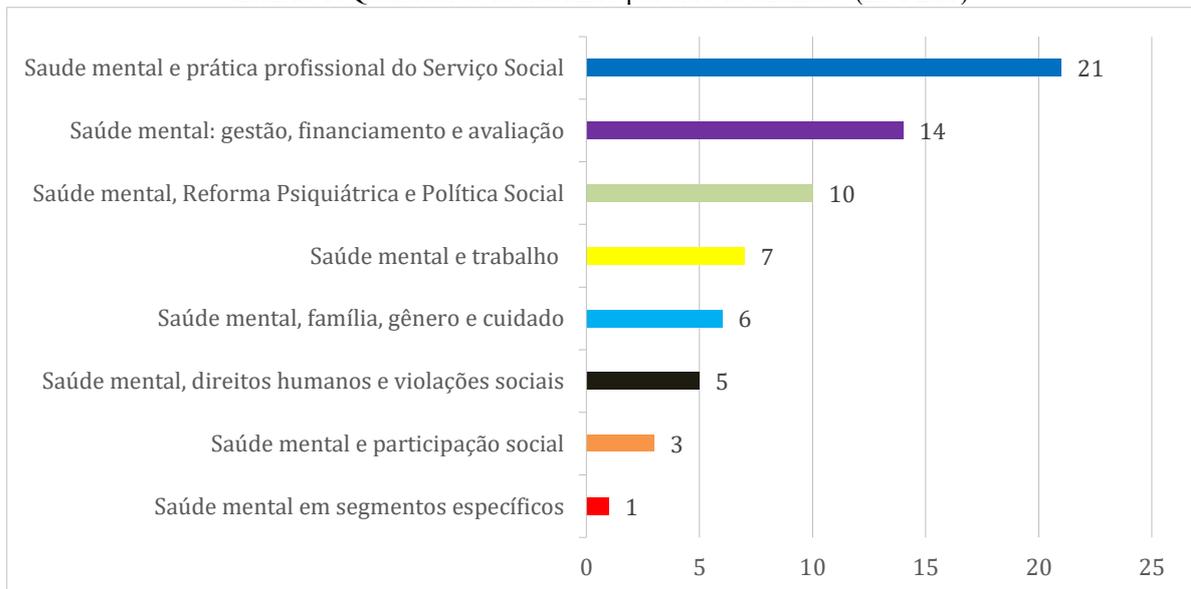
3.1 AS TENDÊNCIAS NA PESQUISA EM SAÚDE MENTAL

Antes de abordarmos propriamente as tendências da produção teórica, julgamos necessário inicialmente divulgar os resultados obtidos a partir do levantamento do número total de trabalhos publicados nos eventos, especialmente os que apresentaram a categoria saúde mental em seu título, assim temos: no evento ENPESS identificamos um total de 67 trabalhos, já no evento CBAS encontramos um total de 49 trabalhos.

Para realizarmos o recorte do objeto desta pesquisa foi necessária a leitura minuciosa dos resumos dos trabalhos, para que em seguida pudéssemos desenvolver a categorização da produção teórica por eixos de análise, essa etapa consistiu na finalidade de elaborarmos “uma síntese que integre em torno de uma ou várias ideias todos os dados e informações do autor do texto em análise” (HEIDRICH, 2007, p.153).

Considerando o objetivo de nossa pesquisa, após o processo de categorização, verificamos nos outros eixos se o debate fomentado pelos autores no âmbito da saúde mental tangenciava a relação com o trabalho. Com base nisso, tivemos a seguinte categorização, nessa apresentação organizada por Eixos de análise por ordem quantitativa (do maior para o menor):

Gráfico 1: Quantitativo de trabalhos por eixo de análise – (ENPESS)



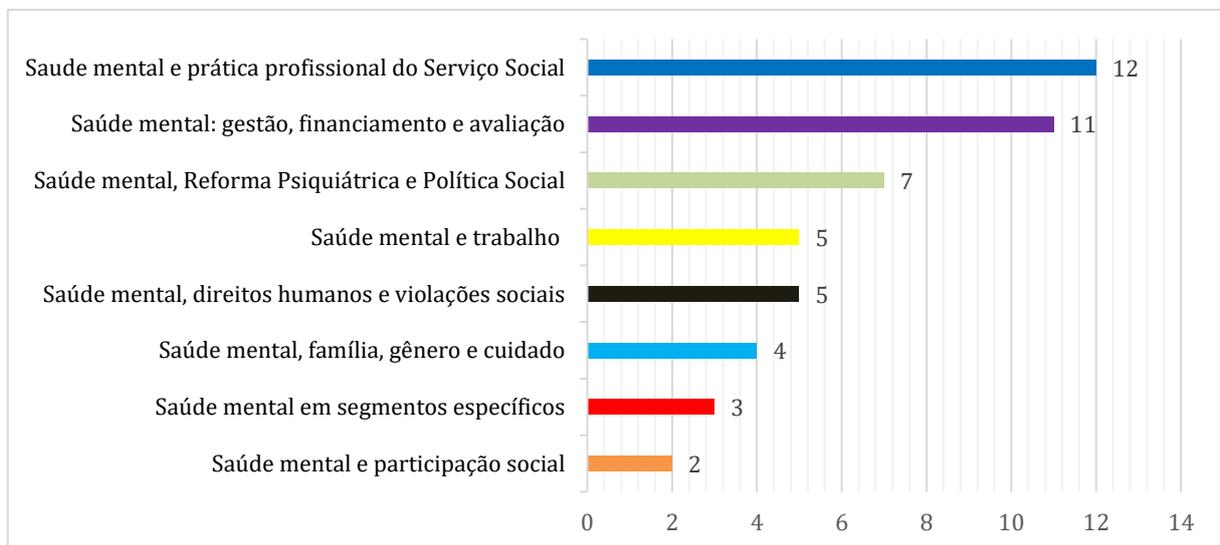
Fonte: Dados da Pesquisa | Elaboração própria, 2019

De acordo com o gráfico 1 podemos notar que no evento ENPESS a produção de trabalhos acadêmicos se evidencia de forma mais abrangente sobre o eixo temático Saúde

mental e prática profissional do Serviço Social, totalizando 21 artigos, seguido do eixo Saúde mental: gestão, financiamento e avaliação com 14 artigos, na sequência com o eixo Saúde mental, Reforma Psiquiátrica e Política Social reunindo 10 artigos, seguido do eixo Saúde mental e trabalho com 7 artigos, após, o eixo Saúde mental, gênero e cuidado agrupando 6 artigos, seguido do Saúde mental, direitos humanos e violações sociais com 5 artigos, seguido do eixo Saúde mental e participação com 3 artigos e por último com apenas 1 artigo o eixo Saúde mental em segmentos específicos.

Com relação aos dados do CBAS apresentamos no gráfico abaixo a categorização organizada como já referenciado por Eixos de análise por ordem quantitativa (do maior para o menor):

Gráfico 2: Quantitativo de trabalhos por eixo de análise – (CBAS)



Fonte: Dados da Pesquisa | Elaboração própria, 2019

Considerando as informações do gráfico 2 identificamos que o número de trabalhos se concentra no eixo Saúde mental e prática profissional do Serviço Social⁸, contabilizando 12 artigos, seguido do eixo Saúde mental: gestão, financiamento e avaliação com 11 artigos, na sequência o eixo Saúde mental, Reforma Psiquiátrica e Política Social com 7 artigos, seguido dos eixos Saúde mental e trabalho e Saúde mental, direitos humanos e violações sociais ambos com 5 artigos cada, após, o eixo Saúde mental família e cuidado totalizando 4 artigos, seguido

⁸ Dada a centralidade da análise dos artigos que abrangeram a temática “saúde e mental e trabalho”, não foi possível integrar as abordagens transversais e secundárias dos demais eixos nesta amostra.

do eixo Saúde mental em segmentos específicos com 3 artigos e com 2 artigos do eixo Saúde mental e participação social.

Tendo em vista a apresentação dos dados é possível afirmar que embora os eventos ENPESS e CBAS se constituam espaços com objetivos distintos no âmbito da profissão, no entanto, analisando a distribuição dos trabalhos nos respectivos eixos temáticos, verificamos ocorrer uma convergência com relação as temáticas abordadas pelos autores, com destaque para a importância e centralidade do debate sobre a atuação profissional na política de saúde mental.

Em função do tempo limitado, optamos por descrever e analisar brevemente os 4 primeiros eixos encontrados em nossa pesquisa, isto é, os eixos temáticos que apresentaram o maior número de trabalhos e conforme dito acima receberam a mesma relevância nos dois eventos. Destacamos que como o eixo Saúde mental e trabalho é central para a investigação, não iremos abordá-lo nesse momento, deixando para desenvolvê-lo detalhadamente no item 3.1.4

3.1.1 Saúde mental e prática profissional do Serviço Social

Neste eixo temático incorporam artigos que em seus resumos, continham o objetivo de explicar acerca da inserção do assistente social na política de saúde mental, considerando o cenário inaugurado pelo Movimento de Reforma Psiquiátrica no país, tomando por referência a nova Política Nacional de Saúde Mental, a qual preza pela implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em substituição ao modelo de assistência manicomial até então vigente.

Em face disso, pudemos constatar que grande parte dos trabalhos desse eixo discutiram a atuação profissional nos CAPSs, no evento ENPESS, dentre os 21 artigos que foram categorizados, 9 deles referem-se expressamente ao trabalho do assistente social neste serviço, já no CBAS dos 12 artigos, 4 realizam esse debate. Em ambos eventos é possível identificar que os trabalhos apresentam reflexões a respeito dos limites, desafios e possibilidades latentes ao exercício profissional nesse espaço, bem como nos demais que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

É interessante registrar que neste eixo temático identificamos um artigo publicado no CBAS, cujo debate é sobre a prática do Serviço Social Clínico na Saúde Mental, tema que suscita inúmeras polêmicas no interior da profissão.

Conjecturamos que esse eixo reuniu um expressivo número de trabalhos devido a especificidade que envolve a profissão – seu traço interventivo na realidade, pensar sobre a realidade que se defronta o profissional. Acreditamos que esse seja um dos anseios mais relevantes para os pesquisadores assistentes sociais, haja vista as expressões contraditórias presentes nas estruturas da sociabilidade burguesa e do Estado.

3.1.2 Saúde mental: gestão, financiamento e avaliação

Neste eixo observamos que os trabalhos apresentam análises em relação a gestão e ao financiamento das ações e serviços em saúde mental, acompanhadas de estudos que visam realizar avaliações sobre a implementação da Política de Saúde Mental, especialmente sobre como esse processo ocorre na realidade concreta dos municípios e estados brasileiros.

É notável a discussão a respeito do atendimento das demandas e ao cuidado ofertado nos territórios aos usuários de saúde mental, por meio das ações intersetoriais e interdisciplinares entre a Atenção Primária em Saúde (APS) e o NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família).

Constatamos ainda um debate sobre o processo de incorporação das Comunidades Terapêuticas na RAPS, e os reflexos de sua inclusão para o financiamento da política.

3.1.3 Saúde mental, Reforma Psiquiátrica e Política Social

O foco dos trabalhos deste eixo encontra-se na discussão sobre o Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, bem como da trajetória histórica trilhada pela política de saúde mental no país anterior a esse processo, e posteriormente com a implementação dos serviços substitutivos previstos a partir da Lei Paulo Delgado nº 10.216/2001.

A respeito do Movimento de Reforma Psiquiátrica muitos autores caracterizam esse processo, destacando a dimensão das mudanças que foram possíveis serem alcançadas a partir da luta social inaugurada pelo movimento, são elas: a) questão conceitual, b) questão técnico-assistencial, c) questão cultural e por último a questão jurídico-política (AMARANTE, 2003). Desse modo, fica claro que o Movimento de Reforma Psiquiátrica questionou não só as instituições e as práticas de cuidado, mas os conceitos e saberes que as legitimaram. Nesse sentido, em alguns trabalhos visualizamos o debate a respeito da desinstitucionalização e demais aspectos relacionados a esse complexo processo.

A produção teórica deste eixo revelou também reflexões a respeito da saúde mental como política social resultante da relação dialética entre Estado e sociedade. Observamos avaliações, no sentido de como se dá a relação entre as políticas sociais que integram o tripé da seguridade social e o concreto cotidiano dos usuários da saúde mental.

Localizamos também análises sobre a configuração e implementação da política de saúde mental como resposta as expressões da questão social na contemporaneidade. Tal debate demonstra em que circunstâncias a saúde mental entrou na agenda política como resposta a uma expressão das manifestações da questão social destacando as forças políticas envolvidas.

3.1.4 Trabalho e Saúde mental na produção do Serviço Social

Após apresentarmos as tendências gerais encontradas no debate sobre saúde mental, passamos agora para a análise dos artigos referentes ao tema que articula especificamente a saúde mental e o trabalho, o qual é objeto central de nossa pesquisa.

Para a análise dos artigos buscamos evidenciar em cada uma das fontes os aspectos importantes com relação ao problema em estudo, em vista disso, elaboramos fichas de apontamento (modelo de ficha - apêndice 1), por meio desse instrumental conseguimos extrair das fontes bibliográficas as informações que buscamos para orientar a análise dos dados.

O eixo temático que estudamos reuniu um total de 12 artigos, sendo 7 trabalhos extraídos dos anais do ENPESS e 5 do CBAS, disponibilizamos no quadro abaixo as informações a respeito do material:

Quadro 3: Artigos selecionados para análise

TEXTO	ANO	EVENTO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR
01	2010	ENPESS	Saúde mental e organização do processo de trabalho: aproximações à produção recente no país	Ana Carla Vasconcelos Leite Soares, Ana Inês Simões Cardoso de Melo
02	2012	ENPESS	Articulações entre trabalho e cidadania no campo da saúde mental	Tathiana Meyre da Silva Gomes

03	2012	ENPESS	Incapaz para o trabalho: ser ou não ser? Elementos para o debate entre o Serviço Social e a Saúde mental	Patrícia Ferrás Araújo da Silva, Maria Carolina de Souza Costa, Fernanda Silva de Sena, Giselle Soares Azevedo
04	2012	ENPESS	Saúde mental e trabalho no contexto de reforma psiquiátrica no Brasil	Milena Fernandes Barroso, Yanne Angelim Acioly
05	2013	CBAS	Pesquisa-intervenção: Estratégia para o cuidado da Saúde Mental dos servidores do Núcleo Estadual no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde	Ana Paula Reguete Martins Monteiro de Souza, Flavia Areias Vieira Costa, Virginia Mariz Loreto
06	2013	CBAS	Alienação no trabalho e saúde mental do trabalhador	Janaína Gonçalves Nunes
07	2014	ENPESS	Terceirização e precarização no serviço hospitalar de atenção à Saúde Mental	Elizângela Cardoso de Araujo Silva
08	2016	ENPESS	A mercantilização do Ensino Superior Público e seus efeitos na saúde mental do docente - um estudo de casos	Alzira Mitz Bernardes Guarany
09	2016	CBAS	Saúde mental do trabalhador ou saúde mental da classe trabalhadora?	Conceição Maria Vaz Robaina
10			As transformações do trabalho na contemporaneidade e os rebatimentos da era flexível na saúde mental dos trabalhadores fabris	Maiara Reis Campos
11	2016	CBAS	Serviço Social e Saúde mental no serviço público: a importância das competências profissionais para uma análise crítica do adoecimento laboral	Fernanda Iracema Moura Arnaud, Luciete Furtado de Almeida, Darlene de Araújo Silva, Tânia Cristina Vieira da Costa Corrêa
12	2018	ENPESS	As (re)configurações do mundo do trabalho e suas inflexões para o trabalho do/a Assistente Social na saúde mental	Jéfitha Kaliny dos Santos Silva, Angely Dias da Cunha

Fonte: Dados da Pesquisa | Elaboração própria, 2019

Considerando a sistematização do quadro de pesquisa, acerca da categoria trabalho, observamos três principais direções na produção teórica: a primeira delas é referente as análises que identificam o trabalho enquanto categoria ontológica, a segunda diz respeito da utilização de fontes secundárias para analisar e interpretar o pensamento de Marx e de seus sucessores sobre o tema, e a terceira relaciona-se com a análise categorial realizada a partir dos aportes da chamada Sociologia do Trabalho.

Quanto a primeira direção, o entendimento do trabalho enquanto categoria ontológica, se caracteriza essencialmente por evidenciar o debate protagonizado por Marx, coloca-se em evidência a centralidade do trabalho na vida social, destacando o trabalho como atividade mediadora entre o homem e a natureza, selecionamos alguns trechos dos artigos que sustentam essa concepção:

Em Marx (1971) o trabalho é definido como atividade mediadora da relação entre homem e natureza, composta necessariamente por duas dimensões de igual importância ontológica (teleologia e causalidade), constituindo-se como necessidade eterna do homem e como expressão viva da contradição (ANTUNES, 2011) entre positividade e negatividade (TEXTO 2, p.4).

O trabalho enquanto atividade de transformação da natureza é categoria fundante da história da humanidade, na mesma medida em que o trabalho assalariado o é da sociedade capitalista. É um dos instrumentos de mediação das relações entre homens e natureza, entre homens e homens e entre homens e Estado. Para Marx, o trabalho criador é considerado como condição da liberdade humana e de uma maior humanização do homem e de suas relações. É, portanto, o dado ontológico primário, é a atividade pela qual o homem emprega a sua energia vital com o objetivo de transformar a natureza para satisfação de sua necessidade (TEXTO 2, p.4).

Partimos da concepção segundo a qual “[...] a consciência dos homens [e das mulheres] é intermediada dialeticamente pela organização do trabalho e da atividade individual; e que até mesmo o surgimento da ideologia deve ser esclarecido pelas condições materiais de vida” (BACKES, prefácio da obra *Ideologia Alemã* de Marx e Engels, 2007, p. 10) (TEXTO 7, p. 2).

Nas palavras de Marx (1996), “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (p. 297). Sendo esta uma relação dialética que permite a transformação de ambos, onde o homem transforma a natureza para alcançar suas necessidades desde as mais elementares as mais complexas, num constante intercâmbio, isso possibilita a reprodução do próprio homem (TEXTO 10, p. 3).

Observamos conforme ressalta os trechos destacados que as análises sobre o trabalho se localizam em um debate mais no nível abstrato-conceitual. Nesse sentido, entendemos que a própria produção teórica de Marx compreende análises em diferentes níveis de abstração.

Entretanto, nesse quesito, constatamos uma lacuna importante nas discussões fomentadas pelas produções.

O trabalho tende a ser analisado e explicado quase que exclusivamente por seu caráter formal-abstrato, não estabelecendo necessariamente o diálogo e a articulação com o movimento próprio da realidade concreta. Prova disso é grande parte dos artigos tenderem a apenas reproduzir os elementos mais conceituais sobre a categoria partindo do pensamento de Marx, sem, contudo, realizar as necessárias mediações com a realidade, em especial com a realidade latino-americana e brasileira. Nessa direção, podemos nos questionar: considerando a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira o trabalho apresenta alguma particularidade?

Como problematizado no decorrer desta dissertação, consideramos que o desenvolvimento capitalista nas sociedades dependentes é *suis generis*, o qual adota a superexploração da força de trabalho como mecanismo típico, operando através da intensificação dos processos de extração da mais-valia nas suas formas absoluta e relativa combinadas (MARINI, 2005). A superexploração caracteriza-se como um modo de regulação da força de trabalho em que a acumulação de capital repousa sobre o desgaste físico e mental do trabalhador e não sobre o desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Sendo que tais contradições também não recaem sobre um trabalhador abstrato, mas trabalhadores e trabalhadoras que tem cor e gênero – conforme analisado no capítulo anterior, em virtude da particular formação brasileira.

Desse modo, cabe enfatizar que o trabalho superexplorado e a agudização de suas contradições faz parte da dinâmica estrutural do capitalismo brasileiro, por esse motivo compreendemos a necessidade de estudar o trabalho desde a perspectiva que considere tais expressões, especialmente na realidade de nosso país que em sua história contou com quase 400 anos de trabalho escravo. Por esse motivo, recuperamos uma importante reflexão a respeito da particularidade que envolve o trabalho e a chamada “questão social” na América Latina e no Brasil, nas palavras da autora:

[...]Assim, é imperioso afirmar que na América Latina durante o capitalismo colonial a contradição capital x trabalho, não se expressa da mesma forma que na via clássica de desenvolvimento do capitalismo. Isto porque a fração protagonista do capital, naquele momento, é a comercial e a força de trabalho, majoritariamente, empregada nas colônias é o (a) negro(a) e o(a) originário(a) escravizados(as). Assim, na consideração da particularidade da “questão social” na América Latina, não cabe desconsiderar a condição histórica-estrutural anterior dos trabalhadores e trabalhadoras, pois tal configuração os coloca frente ao avanço capitalista numa condição particular de opressão. Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas

contradições à forma particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea (ROCHA, 2017, p. 233-234).

É possível afirmar que não constatamos em nenhuma produção a discussão do trabalho voltada a compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro, nem mesmo a respeito das especificidades do trabalho em nossa sociedade, o que consideramos bastante inquietante, haja vista, que atualmente já encontramos um número expressivo de pesquisas e produções acerca da categoria na literatura do Serviço Social.

Em síntese, acreditamos que em relação a categoria trabalho se dispensa um tratamento em que as análises tendem a sublimar a concreticidade do trabalho, e em especial na realidade brasileira. A esse respeito é propício retomar a reflexão proposta por Marini (2005, p.138-139) sobre algumas distorções frequentemente praticadas pelos pesquisadores marxistas, sendo uma delas: “a substituição da processualidade da realidade concreta pelo conceito abstrato”.

Em relação a isso é fundamental esclarecer que não estamos questionando o elevado nível de abstração da categoria trabalho desenvolvida por Marx, contudo, indagamos a forma pela qual os autores nas produções pesquisadas aproximam-se desse debate negligenciando os aspectos aqui problematizados.

Na segunda direção, identificamos produções que ao realizarem a interlocução com o pensamento dos clássicos especialmente de Marx e Lukács se utilizam de fontes secundárias, recorre-se às ideias dos autores sem acessar originalmente suas obras. De acordo com o nosso levantamento, observamos particularmente que no texto 6, essa tendência se apresenta diversas vezes, destacamos trechos do artigo:

O filósofo Lukács, a partir do pensamento de Marx, esclarece a centralidade ontológica do trabalho:

O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (LUKÁCS, 1979, apud BARROCO, 2010, p. 21).

Diferente do mundo animal, o homem possui a capacidade teleológica de planejar, primeiro em sua consciência, as atividades que deverá desenvolver:

Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente (MARX, 1983, apud ANTUNES, 2005, p. 36) (TEXTO 6, p. 2).

A nosso ver, essa questão remete a importantes elementos a respeito da interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista, que segundo Netto (1989) e Quiroga (1991) não se deu sem contradições.

De acordo com Netto o projeto de ruptura aproximou-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política, onde dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padecia de vícios óbvios, para Netto (1989, p.98) “O que ocorreu [...] foi uma aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista - um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes clássicas”. Nesse sentido, Quiroga (1991) afirma que essa aproximação foi presidida por um “marxismo sem Marx”.

Levando em conta os aspectos levantados pelos autores, nos parece que alguns traços advindos dessa aproximação enviesada, tende a apresentar expressões na produção teórica aqui analisada, nesse caso, é relevante o fato da autora deste artigo não citar diretamente as produções de Marx e Lukács, utilizando para esse diálogo estudiosos das obras. Embora saibamos que o acesso as obras dos pensadores clássicos ocorre atualmente de maneira mais fácil, sem muitos obstáculos, especialmente se comparado com o período histórico em que se refere Netto (1989) e Quiroga (1991), mesmo assim ainda hoje é possível nos depararmos com essa tendência na produção teórica da profissão.

Até o momento, observamos que a ressonância das ideias de Marx está de modo geral presente nas produções teóricas como problematizado acima, no entanto, cabe colocar que o referido pensador não é a referência mais citada e utilizada para discutir trabalho. Desse modo, adentramos na terceira direção em que o debate sobre trabalho assume nas produções investigadas.

De acordo com os dados levantados, nossa pesquisa mostrou que o principal intelectual de referência nesse debate tem origem na Sociologia do Trabalho por meio majoritariamente das produções do sociólogo Ricardo Antunes (UNICAMP), conforme nossas sistematizações, do total de 12 artigos, 10 desses apresentaram análises do pesquisador.

Constatamos que o livro “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”, publicado pela Cortez Editora, em 1995, foi a obra que obteve maior relevância nas produções teóricas que analisamos. Considerado como um clássico da sociologia do trabalho, essa obra realiza um diálogo com a tese de André Gorz, na qual o filósofo austro-francês defendia que o trabalho deixava de ser central e que a classe operária perdia relevância.

Em relação a Sociologia do Trabalho, campo que vem se destacando nas análises dos pesquisadores em Serviço Social, afirma-se que:

No Brasil, a Sociologia se tornou um dos principais ambientes de reflexão sobre as dinâmicas sociais do trabalho e a construção histórica do mercado de trabalho. Acompanhando uma tendência que se apresentava na Europa e nos Estados Unidos, os primeiros estudos sobre o tema no país estiveram fortemente associados ao trabalho industrial. Autores como Juarez Brandão Lopes, Azis Simão, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Evaristo de Moraes Filho, entre outros, estabeleceram, através de pesquisas realizadas nos anos 1950 e 1960, um diálogo com a Economia e a Sociologia sobre as ideias de desenvolvimento e desenvolvimentismo, com ênfase na industrialização, nos conflitos industriais e atitudes operárias, nos trabalhadores rurais e urbanos, no sindicato e no Estado (OLIVEIRA; RAMALHO, 2014, p. 13).

Ao que indica a literatura, o campo da Sociologia do Trabalho nasceu no Brasil acompanhando uma tendência do debate a partir do que se apresentava na Europa e nos Estados Unidos. Desta forma, fica claro que o ponto de partida desse campo não surge genuinamente interligado com as particularidades da sociedade capitalista brasileira, mas, conectado sobretudo com as transformações que vinham passando as sociedades industriais europeias.

Analisando o processo de pesquisa sobre o trabalho no Brasil, segundo Oliveira e Ramalho (2014), na passagem dos anos 1970 para a década seguinte, tais investigações se expandem, envolvendo setores dos serviços urbanos e incorporando novas dimensões. Mas a atenção continuou centrada na indústria, com destaque, agora para o processo de trabalho no setor automobilístico, assim como para as greves operárias e as novas práticas sindicais que emergiram naquele contexto (em especial na região do ABC paulista). Ganharam evidência as abordagens que passaram a associar trabalho ao gênero, à família, ao lugar de moradia, ao cotidiano da vida operária. A Sociologia do Trabalho incorporava novas dimensões, aproximando-se da Sociologia Política, da Ciência Política, da História Social, da Antropologia Social, entre outras áreas do conhecimento.

Conforme ainda Oliveira e Ramalho (2014), a partir do final dos anos 1980, e principalmente nos 1990, os estudos sobre trabalho industrial e assalariado (incluindo os segmentos dos serviços, particularmente o sistema bancário) passam a refletir os impactos da globalização e das políticas de orientação neoliberal. Com a adoção de novos padrões tecnológicos e de gestão pelas empresas, o eixo das abordagens se volta para o tema da reestruturação produtiva, com ênfase na flexibilização, terceirização, desregulamentação, informalização, heterogeneização, e precarização das relações de trabalho.

Os processos e tensões sociais e políticas que se estabeleceram entre os ecos dos anos 1980 (provenientes das lutas pela redemocratização do país e tendo na Constituinte e na Constituição de 1988 seus mais expressivos símbolos) e os novos ventos (trazidos pela reestruturação produtiva, pelas privatizações e pela reforma do Estado) foram objeto de sucessivos estudos sobre os temas do sindicalismo e das novas condições de institucionalização e relação com o Estado (OLIVEIRA; RAMALHO, 2014).

Tendo em vista as questões abordadas pelos autores, o tema da reestruturação produtiva, proveniente do tempo histórico apontado por Oliveira e Ramalho (2014) foi por excelência o mais abordado na produção teórica do Serviço Social. Conforme aponta nossa pesquisa, verificamos que dos 12 trabalhos, 7 deles fazem menção direta a essa discussão.

A respeito desse debate os autores buscam explicar o cenário capitalista contemporâneo de crise estrutural, reestruturação produtiva e seus reflexos no “mundo do trabalho”. Abaixo reproduzimos trechos dos artigos que demonstram essa interpretação:

[...] o projeto neoliberal representa a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital frente à crise e às lutas de classes, e que deriva basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (às leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas "reestruturação produtiva" e "(contra) reforma do Estado". Da mesma forma, Bravo (2006) também atribui à hegemonia neoliberal no Brasil a redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, o desmonte da previdência pública, o sucateamento da saúde e educação (TEXTO 3, p.3).

Esta crise estrutural do capital impulsionou, principalmente nos anos 1980 e 1990, grandes transformações sócio-históricas que afetaram as mais diversas formas de estrutura social. O sistema capitalista, ao buscar alternativas para restabelecer o padrão de acumulação, programou um amplo processo de reestruturação produtiva ou do capital, com vistas a restabelecer o seu ciclo produtivo, afetando fortemente o mundo do trabalho e promovendo alterações importantes na forma de organização na classe dos trabalhadores assalariados. Surgem, nesse processo, formas flexibilizadas e desregulamentadas de produção, as quais têm na chamada acumulação flexível do modelo japonês ou toyotismo seu maior exemplo. Ocorre o enfraquecimento do modelo de regulação social-democrata que deu sustentação ao estado de Bem-Estar Social nos países do centro, em detrimento da desregulamentação neoliberal, privatizante e anti-social (TEXTO 4, p. 3).

O sofrimento no trabalho vem se agravando e teve uma profunda agudização a partir da crise do capital nos anos 70 enfrentada na esfera política através do modelo neoliberal e na esfera econômica pela reestruturação produtiva, aliada à (contra)reforma do Estado, que representou uma drástica diminuição da atuação do Estado-Providência, desmobilizando, e em alguns casos até desmontando, o aparato de proteção social existente, com forte processo de racionalização dos seus processos e a uma violenta ofensiva contra o trabalho, aprofundando cada vez mais a relação entre trabalho e sofrimento psíquico, dentre outros efeitos (TEXTO 8, p. 6).

Em resposta à crise do capital eclodida na década de 70 do século passado, o padrão de acumulação capitalista passa por um processo de transformação, denominado de reestruturação produtiva, impulsionada pelo incremento de tecnologias de ponta, dando início ao período da acumulação flexível (HARVEY, 1993) sob o domínio do capital financeiro. O modelo de produção até então vigente, taylorista/fordista, é substituído pelo modelo de produção toyotista, que inaugura um novo processo de organização e gestão do trabalho. Nesse novo modelo de produção, a incorporação de tecnologias contribui com o desemprego estrutural e às novas e variadas formas de trabalho, marcadas pelo trabalho temporário e informal, subemprego, terceirização, etc., sob o disfarce da modernização das relações trabalhistas. Ao mesmo tempo há um enfraquecimento da luta operária-sindical, dando margem para o rebaixamento de salários e, conseqüentemente, perda de direitos sociais (TEXTO 10, p.1).

Antunes (2010) observa que o processo de reestruturação produtiva desencadeou novos elementos conjunturais que (re) configurou o mundo do trabalho. Isto posto, Bering (2011) ressalta que neste momento o trabalho passou a ser marcado ainda mais pelo acirramento da luta entre as classes fundamentais (capitalistas e trabalhadores/as); pela superexploração da força de trabalho, tendo em vista o desemprego estrutural; a redução dos direitos sociais; a reformulação e formulação das políticas sociais a partir da perspectiva neoliberal, diminuindo o Estado para a classe trabalhadora e flexibilizando os direitos sociais por meio de reformas de cunho contrarreformistas cujas conseqüências são as intensas flexibilizações para o mercado de trabalho e para a educação formal e o exercício das profissões (TEXTO 12, p. 3-4)

É importante ressaltar que a tendência encontrada nesse debate, já fora identificada e problematizada por Rocha (2017) em sua tese de doutoramento, na qual a partir do estudo sobre a formação social brasileira nas principais obras do Serviço Social, concluiu que o debate hegemônico no interior da profissão tem como base a “solidão da América Latina”⁹.

Ao nos atentarmos para as discussões promovidas pelos autores anteriormente citados, constatamos que as análises tendem a se fixar no contexto do capitalismo central a partir dos anos 1970, especificamente após a queda dos regimes de Welfare State e do conjunto de crises que afetam o capitalismo ocidental, que teve como conseqüência a reestruturação produtiva/acumulação flexível e o neoliberalismo. Abordam ainda os processos de precarização dos vínculos de trabalho, a retração do proletariado industrial, a perda de direitos e as inflexões sobre os processos político-organizativos da classe trabalhadora (ROCHA, 2017).

Pois bem, fica claro que a análise sobre o trabalho se fundamenta em uma visão eurocêntrica, tendo como ponto de partida e chegada o desenvolvimento capitalista nos países centrais. Nesse sentido, acreditamos que essa forma de abordar o tema, tem como conseqüência a homogeneização do trabalho, ou seja, é como se o trabalho apresentasse as mesmas

⁹ Rocha (2017) ao se apoiar na ideia desenvolvida pelo escritor Gabriel Garcia Márquez refere-se à ausência do debate acerca do continente latino-americano e da realidade brasileira no interior da produção teórica e acadêmica do Serviço Social.

contradições nos diferentes continentes. Assim, entendemos que esse quadro conduz também para uma homogeneização do entendimento de quem é a classe trabalhadora. Desta forma, eleger a reestruturação produtiva como eixo central do debate como fazem os pesquisadores da Sociologia do Trabalho, não dialoga com os elementos estruturais e estruturantes da formação social brasileira, inclusive acaba por negá-los.

Não estamos dizendo com isso que a chamada reestruturação produtiva não ocorreu no Brasil, estamos apenas problematizando a escolha da centralidade desse conceito nas análises e especialmente a forma como ele aparece, a qual tende a homogeneizar em um nível de abstração que em nossa análise não é suficiente para compreender as contradições determinantes da realidade concreta do capitalismo dependente e condições de reprodução da classe trabalhadora.

Muito embora não seja objeto de análise específico de nosso trabalho, desconfiamos que a reestruturação produtiva à brasileira tem impactos distintos no conjunto do país, (sudeste e sul mais industrializado, norte, centro-oeste e nordeste com baixos níveis de industrialização), não servindo para explicar o todo de forma homogênea. Ademais, nos parece que “reestruturação” pressupõe uma dada estrutura produtiva-industrial anterior tida como “normal”, o que já parece que se distancia da forma como o trabalho se organizou no continente, e particularmente no Brasil de passado escravista.

Compreendendo a vigência estrutural da superexploração da força de trabalho e a dependência como principal contradição determinante dos problemas da região latino-americana e em especial da realidade brasileira (PAIVA; OURIQUES, 2006), podemos afirmar que historicamente o retrato da classe trabalhadora nem sempre esteve vinculado ao emprego formal, garantidor dos mínimos direitos sociais e trabalhistas, pelo contrário, a regra se estabeleceu em torno do emprego informal, do subemprego, do salário - cujo qual é inferior à necessidade diária de reposição da força de trabalho e o acesso aos precários mecanismos de proteção social.

Desse modo, fica evidente a necessidade de não se homogeneizar a classe trabalhadora brasileira, ainda mais se levarmos em consideração suas estratificações mais pauperizadas, nesse sentido Badaró (2018, p. 365) afirma que “a classe trabalhadora está longe de ser um grupo social simples e homogêneo”.

Em conformidade com a pesquisa “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça Brasil”, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 13 de novembro de

2019 dos 13,5 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza, 10,1 milhões declaram-se negras¹⁰.

Atentando-se para esses dados, recuperamos a recente reportagem do jornal El País (Brasil) que aponta que 104 milhões de brasileiros vivem com o equivalente a meio salário mínimo. Na referida reportagem a jornalista Heloísa Mendonça narra a história da vendedora ambulante Josefa, a seguir, separamos um trecho da matéria:

Há muitos anos, Josefa Severina de Souza, de 58, não sabe mais qual é a sensação de sair de férias do trabalho. Não consegue achar na memória nem qual foi a última vez que conseguiu tirar alguns míseros dias de descanso. Mãe de oito filhos, dos quais quatro ainda moram com ela, a rotina dos últimos 25 anos de Josefa tem sido de trabalho diário nas ruas de São Paulo como vendedora ambulante de segunda a sábado. Atualmente trabalha no bairro de Pinheiros, onde durante todo o dia transitam centenas de pessoas e potenciais clientes. No domingo, se dedica às tarefas domésticas. O marido, de 62 anos, desempregado há mais de quatro anos, faz alguns bicos como pedreiro, mas é a renda dela a principal fonte de sustento de seis pessoas. Somando os cerca de 1.450 reais que ganha com as vendas mais o salário fixo de 1.000 reais que um dos filhos recebe trabalhando em um supermercado, cada membro da família sobrevive atualmente com uma renda per capita mensal de 408 reais, menos do que meio salário mínimo (MENDONÇA, 2019, sem página).

Mediante as questões apontadas, nos arriscamos a dizer que a classe trabalhadora brasileira superexplorada tem cor e gênero, portanto não podemos deixar de analisar o trabalho desde as determinações do capitalismo dependente e de seu complexo racista e patriarcal, segundo Leal (2018) é preciso considerar a desigualdade estrutural na sociedade brasileira, na qual o racismo é um elemento central, nas palavras da pesquisadora:

Esse racismo estrutural delinea não somente processos de criminalização e punição. Os homens e as mulheres negras estão na base da pirâmide social e sujeitos às maiores situações de insegurança social e de violações de direitos historicamente. O racismo, o machismo, a violência de gênero são expressões, na sua forma contemporânea, da escravidão e do patriarcalismo – categorias constituintes e atuais no processo de constituição da sociedade brasileira (LEAL, 2018, p. 36).

¹⁰ Entendemos negros como o conjunto de pretos e pardos. O IBGE utiliza, atualmente, duas classificações de cor para a população negra: preto e pardo. “O sistema de classificação adotado pelo Instituto se apoia em cinco categorias, consolidadas em uma longa tradição de pesquisas domiciliares, mas não deixa de ser passível de críticas” (IBGE, 2018). De acordo com Clóvis Moura (1983), a classificação corresponde ao gradiente de cor criado pelos processos de miscigenação, deliberadamente conduzidos na colonização para uma reposição da população escravizada, mas que também determinou um processo de hierarquização racial desde a sociedade escravista, na qual o preto e o branco ocupam os extremos e a classificação de superioridade se dá na ordem de aproximação do branco. Essa categorização torna-se ainda mais utilizada, à medida se acentuou a política de branqueamento, no Brasil.

Retomando nossa hipótese, com base nas questões levantadas até aqui, compreendemos que o sofrimento e o adoecimento psíquico são vivenciados de maneira distinta pela própria classe trabalhadora superexplorada, especialmente pela parcela de trabalhadores negros e negras, haja vista esta sociedade fortemente marcada pela escravidão.

Considerando as tendências encontradas em nosso levantamento sobre o debate da categoria trabalho nas produções do Serviço Social, a nosso ver é fundamental registrar a necessidade de se avançar na apropriação dos estudos sobre a formação social brasileira, bem como a respeito da particularidade do trabalho e do desenvolvimento capitalista brasileiro, no sentido de desvendar os complexos atravessadores que constituem a dependência e a conjugação dialética com as opressões que opera historicamente.

No que se refere ao debate sobre saúde mental nas produções analisadas, é perceptível que as pesquisas se concentram em duas principais tendências, são elas: a primeira está fortemente interligada com o debate do campo da Saúde do Trabalhador, tendo como subárea a Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT). A segunda tendência está mais próxima das discussões inauguradas no campo da saúde mental, articuladas especialmente com o movimento de Reforma Sanitária e com a Reforma Psiquiátrica Brasileira. A seguir, enfatizamos alguns fragmentos dos artigos que demonstram as duas abordagens:

Estas alterações têm gerado um aumento relevante de exigências aos trabalhadores, nos aspectos cognitivos, emocionais ou psicossociais repercutindo nas relações trabalho-saúde. Neste contexto, a Saúde Mental no Trabalho tem evidenciado avanços frente à identificação das determinações objetivas, bem como no entendimento relativo à subjetividade, do processo saúde/doença mental dos trabalhadores (TEXTO 1, p. 2).

O espaço em implantação tem como referencial teórico principal a Psicopatologia e Psicodinâmica do trabalho e abarcam as orientações de prevenção dos riscos à saúde, de avaliação ambiental e melhoria das condições e organização do processo de trabalho de maneira que amplie a autonomia e o protagonismo dos servidores (TEXTO 5, p. 5).

A Reforma Psiquiátrica que vem sendo implementada no Brasil marca, segundo diversos estudos da área, uma mudança paradigmática. Esta mudança diz respeito a transformação do paradigma centrado na psiquiatria para o paradigma da atenção psicossocial, com destaque para ações de reabilitação psicossocial. Na esteira dessas transformações, parece consensual a afirmação de que a reivindicação da cidadania é um componente diferencial e complexo da reforma psiquiátrica (TEXTO 2, p. 2).

Em linhas gerais, o movimento de Reforma Psiquiátrica brasileiro caracteriza-se pela luta em prol da instituição de um novo modelo de assistência à saúde da pessoa com

transtorno mental, com a proposta de eliminar a opção da institucionalização imposta pela internação psiquiátrica, visando a integração do usuário dos serviços de saúde mental à convivência familiar e comunitária e ao resgate de seus direitos de cidadania (TEXTO 3, p. 2).

Como podemos observar, há uma distinção bem demarcada a respeito dos dois campos que abordam a temática, inclusive como ressalta a autora do texto 9 impera-se a ausência de articulação entre as próprias políticas de Saúde do trabalhador e de saúde mental.

As ideias presentes no texto 5, as quais estão vinculadas ao referencial teórico da Psicopatologia e da Psicodinâmica do trabalho, utilizada para compreender os processos de adoecimento dos servidores de um núcleo estadual do Ministério da Saúde, nos suscitou algumas indagações. Acerca do referencial citado, assinala-se que:

Desde seu nascimento na França, no período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, a psicopatologia do trabalho enfrenta dois problemas principais: o estabelecimento do nexos entre transtornos mentais e trabalho e o desenvolvimento de formas de intervenção que permitam prevenir esses transtornos ou reduzir seus impactos. (BRANDÃO; LIMA, 2018, p.2).

Não podemos negar que prevenir ou reduzir o sofrimento e o adoecimento mental causados pelo trabalho nos marcos do capitalismo seja uma questão importante e necessária, no entanto, ao elegermos a centralidade da particularidade do trabalho no Brasil a partir da superexploração da força de trabalho, entendemos que não há como “melhorar” ou proporcionar “qualidade de vida”, visto que a imensa maioria dos trabalhadores estão submetidos a péssimas condições de vida e de trabalho, inseridos na informalidade, a exemplo temos a narrativa de Josefa – vendedora ambulante entrevistada pelo jornal El Pais (Brasil). Ademais, mesmo que o trabalhador esteja em uma situação de trabalho formal, nos parece que tais noções reforçam a ideia da possibilidade de se “humanizar” o capitalismo e o próprio trabalho, sendo assim, é como se negasse a direção deletéria deste sistema.

Analisando a produção teórica constatamos que a pesquisadora Edith Seligmann-Silva¹¹, juntamente com Paulo Amarante são as referências mais utilizadas para discutir saúde

¹¹ Seligmann- Silva é médica psiquiátrica, pesquisadora referência no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), em seus estudos o conceito de “desgaste mental” aparece como central para explicar o sofrimento psíquico dos trabalhadores. Amarante é sanitarista, reconhecido como uma referência histórica nos estudos sobre o percurso do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileira, divulgador das ideias de Basaglia e Rotelli em nosso país. Bisneto é assistente social, professor, sua pesquisa aborda as questões da atuação dos assistentes sociais no campo psiquiátrico, especialmente a partir da análise dos fatores constitutivos do processo de trabalho, tendo como principal as relações de poder institucional. Vasconcelos possui graduação em Psicologia, é professor aposentado da Escola de Serviço Social da UFRJ, o pesquisador possui um importante papel na

mental, posteriormente temos José Augusto Bisneto, Eduardo Mourão Vasconcelos e o médico francês Cristophe Dejours.

Ao considerarmos as duas tendências presentes nas produções teóricas, observamos que tanto o campo da saúde do trabalhador quanto o campo da saúde mental embora partam de visões mais críticas e totalizantes sobre a realidade e os determinantes do adoecimento psíquico do trabalhador, nos chama a atenção o fato de nenhum artigo articular e reconhecer os fundamentos socio-históricos da realidade brasileira que, de acordo com Leal (2018, p. 36) “por meio do racismo, se expressam através de uma morfologia particular, haverá possivelmente lacunas na análise e, portanto, lacunas nas estratégias de ações”.

A pesquisadora Passos (2018) de forma pioneira problematiza esses aspectos tendo como ponto de partida a experiência da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da Luta Antimanicomial, em seus termos:

Nos percursos da experiência brasileira não identificamos qualquer menção sobre a contribuição de Fanon para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, o que demonstra um afastamento do debate étnico-racial, em especial, sobre o colonialismo e seus efeitos sobre a constituição da subjetividade (PASSOS, 2018, p. 14).

Concordando com a autora, o debate étnico-racial manteve-se apagado na trajetória do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, e, portanto, repercutiu na produção do Serviço Social. Essas problematizações só estão encontrando espaço no atual momento histórico, por isso é primordial “[...] racializar os corpos e a própria história” (PASSOS, 2018, p. 14) como modo de dialogar com as particularidades do nosso contínuo movimento de reforma psiquiátrica, entendendo que a classe trabalhadora que sofre e adocece psiquicamente tem cor, gênero e é superexplorada no contexto de um capitalismo que assevera ainda mais as contradições.

Frente aos resultados da pesquisa empírica, os quais se traduzem na ausência do debate dos determinantes da formação social brasileira, assim como pela visão eurocêntrica ao analisar

inserção da discussão/debate do Serviço Social na Saúde Mental a partir do processo de reforma psiquiátrica. Publicou o livro "Saúde mental e Serviço Social" pela Editora Cortez no ano de 2000, nessa obra o pesquisador desenvolve a ideia sobre um “processo de recalçamento na profissão”. Dejours é um médico francês, especialista em medicina do trabalho e em psiquiatria, desenvolveu a abordagem científica chamada de psicodinâmica do trabalho. Dejours vem pesquisando a vida psíquica no trabalho há mais de 30 anos, tendo como foco o sofrimento psíquico e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos trabalhadores para a superação e transformação do trabalho em fonte de prazer.

tais processos, identificamos assim que os debates protagonizados por Passos e Pereira (2017; 2018) assumem grande relevância no campo da saúde mental, pois são contribuições que oferecem o pontapé inicial na direção de uma análise que considere os processos engendrados na e por nossa formação social. Acreditamos que tais contribuições façam parte de um movimento que irá mobilizar os pesquisadores deste campo na busca do diálogo com as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso dessa dissertação expusemos algumas considerações e conclusões mediante o esforço de abstração e totalização do objeto de pesquisa. Vale lembrar que o ímpeto que nos moveu à realização desse estudo resultou de um esforço crítico para analisar a relação entre saúde mental e trabalho, entendendo a necessidade de abordar o tema desde a particularidade do capitalismo dependente, tendo como eixo central o complexo gerado pela dependência – isto é, as expressões do racismo, patriarcado e da superexploração da força de trabalho, tais expressões constituem-se como elementos estruturais e estruturantes da formação social brasileira.

Com o aporte da perspectiva crítico-dialética se tornou possível apreender uma leitura e investigação iluminada pelo horizonte da totalidade, diante da análise não fragmentada em partes indissociáveis, mais assentada na concreticidade dos fenômenos sociais, como um aglomerado de contraditórios, e assim, problematizar nossa hipótese e os resultados que evidenciamos nesta pesquisa.

Compreendemos que a conexão entre saúde mental e trabalho só pode ser apreendida se situada historicamente a partir de suas determinações próprias, em conexão com o processo global de acumulação de riquezas que, desde o colonialismo, institui formas determinadas de luta entre produtores de riqueza - trabalhadores -, e expropriadores da riqueza - escravistas, capitalistas.

Nesse sentido, o capitalismo dependente impõe relações de exploração particulares, que possibilitam que as contradições sociais se acirrem cada vez mais em nosso continente e que a superexploração da força de trabalho siga produzindo o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica dos trabalhadores deste país, assim como o roubo do tempo de vida de homens e mulheres, como bem pontuou Osorio (2012, p. 24) “[...] En el fondo su existencia en tanto vendedor de capacidad de trabajo para el capital es lo que define sua existencia general. Su vida em definitiva pertenece al capital”. A esse respeito o pesquisador mexicano afirma:

Todos estos procesos tienen un denominador común: propiciar el agotamiento prematuro de los trabajadores. Em unos porque la remuneración percibida no les permite adquirir los bienes para recuperar su desgaste y las necesidades sociales e históricas propias de seres humanos em el siglo XXI y no de la época de las cavernas. Por ello, para alcanzar um televisor, um telefono, o uma salida al cine em familia, deberán dejar em el camino el consumo de otros bienes básicos o sociales. Para los voceros del capital es um escándalo que em poblaciones obreras cundan antenas de televisión o autos viejos, cuando se tiene escasez de alimentos o muebles de hogar no

adecuados. Lo que debiera escandalizarlos más bien es que um trabajador, a estas alturas del desarrollo material de la vida social, no alcance a cubrir el conjunto de necesidades, y em muchos casos, por la sociabilidade imperante, deba dejar de consumir produtos básicos para contar um televisor, uma nevera o um telefono fundamentales en esa sociabilidade. No olvidemos que hablamos de necesidades básicas e históricas para los seres humanos, por elo que no es pertinente considerar dichas necesidades como el pasto que se le ofrece a um animal de carga (OSORIO, 2012a, p. 24-25).

Desse modo, situar a crítica à economia política numa perspectiva latino americana é uma exigência teórica extremamente necessária e válida para o nosso estudo, especialmente pela capacidade explicativa que sustenta a categoria superexploração da força de trabalho, assim como pela análise desenvolvida por Osorio (2012a) que considera o poder do capital sobre a vida dos indivíduos e que esse constitui uma unidade econômica e política, o autor inaugura assim uma noção de biopoder com a qual concordamos - o campo do biopoder está abrigado na relação capital-trabalho, vale ressaltar que a noção elaborada por Osorio é distinta da ideia desenvolvida por Michel Foucault e Giorgio Agamben.

No momento histórico em que escrevemos esta dissertação, a TMD no Serviço social já deixou de ser uma teoria completamente desconhecida, assim como deixou de estar restrita a pequenos grupos de pesquisadores, passando a ser cada vez mais utilizada e reivindicada como alternativa para compreender as particularidades de nossa realidade latino-americana e brasileira.

O reimpulso da TMD nas ciências sociais como um todo e especialmente no Serviço Social reabre uma oportunidade histórica de se debater com responsabilidade e honestidade teórico-política as formulações originárias da vertente.

Para decifrar as contradições da sociedade brasileira expressas nas relações étnico-raciais, procuramos no decorrer desse trabalho situar historicamente, os processos que a forjaram dessa maneira, entendemos que o escravismo colonial é o mais fundamental desses processos, especialmente pelos impactos que esta dominação reproduziu e continua reproduzindo nas relações sociais, em particular nas condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora, particularmente da população negra. Desse modo, temos que:

Sem o esforço do aprofundamento nos processos histórico-estruturais que forjaram ontem e hoje a marginalização da população negra, no país, e o racismo como modus operandi das relações sociais. A dominação ideológica burguesa - por si mesmo racista - se sobrepõe, inclusive, aos processos políticos que visam à “emancipação” do negro. Isso porque, deslocadas das raízes das contradições que instituem o racismo estrutural, muitas propostas sucumbem à tentação da “cidadania” e da “inclusão”, todas elas baseadas na participação no negro através do consumo, dentro do status

social burguês. O pêndulo do discurso da inclusão, deslocado da apreensão das contradições da sociedade no capitalismo dependente, aproxima-se muito da ratificação destas contradições (SOUZA, 2019, p. 186).

Fanon foi uma importante referência neste estudo para se entender as dimensões que o processo colonial alcançou, na análise do psiquiatra a categoria alienação colonial tem um valor central, pois trata-se de um processo que envolve a mistificação, a negação e a ocultação do ser negro. Essa mistificação perpetra um processo contraditório, que afeta como vimos a vida de cada indivíduo, moldando seu modo de ser, sua condição psicológica. Nessa direção, vemos que tais processos têm efeitos diretos no processo de constituição do sujeito negro, para os negros, o impacto em sua vida é devastador, nitidamente observável através dos prejuízos e privilégios evidenciados nos indicadores sociais.

De acordo com a psicanalista Maria Lúcia da Silva (2017) a sistemática negação e o afastamento de seus valores originais, leva o negro a tomar o branco como modelo de identificação, única possibilidade de tornar-se gente, tendo como consequência o custo emocional da sujeição, da negação e do massacre de sua identidade original, de sua identidade histórico-existencial, ao mesmo tempo que, a sistemática vivência e a incorporação maciça de padrões e valores eurocêntrico/exteriores à sua cultura e a constante expropriação de seus símbolos e suas criações. Dessa forma, Santos (2017, p. 254) reitera que “Em qualquer lugar que estejamos, nosso corpo é marcado pelo signo do “elemento negro”, o elemento social indesejável e que deve ser exterminado, conforme o controle da urbe disputado entre o Direito e a Medicina”.

Ainda conforme a autora indicada acima o racismo ronda a existência dos indivíduos na condição de um fantasma desde o seu nascimento, ninguém o vê, mas ele existe; embora presente na memória social e atualizado por ação do preconceito e da discriminação racial, ele é sistematicamente negado constituindo um problema social. A autora conclui que podemos considerar que a maior vitória do racismo está em sua dimensão psicológica, na medida em que sua lógica é reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, inferiorizar pessoas, grupos e povos, reduzindo-os a uma condição sub-humana.

Souza (2019) em diálogo com o pensamento de Moura (2014) afirma que a ideia da democracia racial foi forjada pelos processos de verbalização democrática, que expressa a política deliberada do colonizador português pela miscigenação. Esta já ocorria nas suas próprias terras, antes da colonização do Brasil, como meio de reposição demográfica de uma população arrasada e decadente. A importação de africanos para repor a força de trabalho, em

Portugal, antes da colonização do Brasil, já havia criado tanto uma população miscigenada, quanto os critérios de rejeição racial e de hierarquização cromática dos sujeitos.

Nessa direção, compreendemos que a lógica engendrada por mais de 300 anos de colonialismo gera sofrimento e adoecimento psíquico, desse modo, a nosso ver não temos como reivindicar a particularidade do capitalismo dependente sem perpassar o *ethos* racista, como procuramos deixar explícito no decorrer da elaboração desta dissertação.

Diante do percurso da análise dos artigos selecionados nos impressionou que nas discussões realizadas acerca da relação entre saúde mental e trabalho, não encontramos como já demonstrado no capítulo 2 nenhuma produção teórica que problematizasse de alguma maneira a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente ou propriamente a categoria superexploração da força de trabalho, conseqüentemente não apareceram análises que contemplassem os aspectos da formação social brasileira, tampouco fica claro a qual classe trabalhadora as análises se referem.

Além disso, conseguimos constatar na produção acadêmica analisada alguns elementos que são parte da construção das sociedades de capitalismo central, isto é, questões que dizem respeito a organização dessas sociedades, assim como se referem as experiências dos trabalhadores destes países.

Dessa maneira, especulamos que as análises que compõe as produções apresentam uma visão eurocêntrica da realidade, a qual tende considerar a partir da experiência do capitalismo ocidental a existência de uma única forma de desenvolvimento capitalista e de composição da classe trabalhadora. Cabe ressaltar como pontuado a classe trabalhadora não pode ser homogeneizada, pois corre-se o risco de desconsiderar grande parte da população negra que está inserida como demonstra dados do IBGE nas relações mais subalternizadas e superexploradas do mercado de trabalho brasileiro, sem a garantia dos direitos sociais e trabalhistas, direitos que no cenário brasileiro atual estão deixando cada vez mais de existir.

Resgatamos a narrativa presente na obra de Carolina Maria de Jesus, utilizamos também outras pesquisas que apresentam dados, os quais reforçam a vigência do complexo da dependência, como analisado na reportagem jornalística que relata a história de Josefa - a vendedora ambulante de São Paulo. Assim como Josefa, outras mulheres negras e pobres deste país estão sofrendo e adoecendo psiquicamente, onde em muitos dos casos elas só podem contar

com o “apoio” da “melhor amiga que se chama fluoxetina”¹². É cada vez mais alarmante o aumento do número de mulheres que fazem uso de medicamento psicotrópicos, como abordamos no capítulo 1 deste trabalho. Por fim, não hesitamos em afirmar que a superexploração da força de trabalho tem gênero e cor.

Concluimos que a proposta de estudo construída, ainda que de forma preliminar, pode carecer de outras mediações, cabendo ampliar-se a partir de muitas outras elaborações teóricas.

¹² Fazemos alusão ao título do artigo de autoria de Eliana Diehl, Fernanda Manzini e Marina Becker que está disponível no livro “Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas” organizado por Sônia Weidner Maluf e Carmen Susana Tornquist.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

_____. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. 132 p ISBN 8585676515.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013, 255 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Marxismo e a questão racial. In: **Revista Margem Esquerda** nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016. 160 p.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 295 p.

BASAGLIA, Franco. **A psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática**. Conferências no Brasil. São Paulo: Monsanto, 1982.

BRANDÃO, Giselle Reis; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Uma intervenção em Psicopatologia do Trabalho - contribuições da Clínica da Atividade. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [s.l.], v. 44, p.1-9, 20 maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000009118>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 112, p.613-636, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000400002>.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Anísio Garcez Homem. 1ª reimpressão. Letras Contemporâneas, 2010.

CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. A Solidão da Cidadania na América Latina: Estado e Direitos no Século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 5, p.66-84, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/4957/4099>>. Acesso em: 06 dez. 2014.

COSTA, M. G. G., DIMENSTEIN, M. D. B., & LEITE, J. F. (2014). Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. **Estudos de Psicologia** (Natal), 19(2), 89-156. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2014000200007>.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. edição. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 282 p.

_____. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. 135 p.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: Balanço e perspectivas**. Obras escolhidas. VI. Florianópolis: Insular. 2018.

DIETERICH, Heinz. **Novo guia para a pesquisas científica**. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro: a origem do "mito da modernidade"**. Petrópolis: Vozes, 1992.

DIEHL, Eliana; MANZINI, Fernanda; BECKER, Marina. "A minha melhor amiga se chama Fluoxetina": consumo e percepções de antidepressivos entre usuários de um Centro de Atenção Básica à Saúde. In: MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. Cap. 8. p. 331-366.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. 193 p.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em Psiquiatria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. 146 p.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GUARDABASSI, Andréa. **Até 2020, depressão será doença mais incapacitante do mundo**. 2018. Disponível em: <<https://www.destakjournal.com.br/saude/detalhe/ate-2020-depressao-sera-doenca-mais-incapacitante-do-mundo>>. Acesso em: 29 set. 2019.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. Capitalismo, Racismo, Patriarcado, Dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética. In: MARX E O MARXISMO, 2019, **Anais**. Niterói. p. 1 - 19.

GONÇALVES, D. A., Mari, J. J., BOWER, P., Gask, L., DOWRICK, C.... FORTES, S. (2014). Brazilian multicentre study of common mental disorders in primary care: rates and related social and demographic factors. **Cadernos de Saúde Pública** 30(3), 623- 632. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00158412>.

HEIDRICH, Andréa Valente. **Reforma Psiquiátrica à brasileira: análise sob a perspectiva da desinstitucionalização**. 2007. 207 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/392/1/398635.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

IASI, Mauro. O fim do ciclo petista e o esgotamento da estratégia democrática popular. In: IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior, 2017. Posfácio. p. 421-437.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: atualidade das depressões. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. Revista **Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p.78-85, jan. 2011.

_____. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. Revista **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007.

LEAL, Fabiola Xavier. A Reforma psiquiátrica brasileira e a questão étnico-racial. **Argumentum**, Vitória, v. 3, n. 10, p.35-45, set. 2018.

LEÃO, Tiago Marques. **Loucura, psiquiatria e sociedade**: o campo da saúde mental coletiva e o processo de individualização no Brasil. 2018. 325 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LOWY, Michel. *Um Marx Insólito*. In: MARX, Karl. Sobre o Suicídio. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

LUCE, M. S. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**: evidências da história recente. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência**. Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias – uma visão histórica. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdade de classe e gênero e saúde mental nas cidades. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p.451-467, 08 ago. 2008.

LIMA, Fátima. Vidas pretas, Processos de Subjetivação e Sofrimento Psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. Cap. 3. p. 70-85.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

_____. Memória. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

_____. **América Latina: Dependência e Integração.** 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência.** Antologia de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). **Desenvolvimento e dependência.** Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. A atualidade de Marx em seus 200 anos: a questão das opressões. **Marx e O Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Marx e Marxismo,** Niterói, v. 11, n. 6, p.356-374, jul. 2018. Semestral. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/276>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MANSANERA, Adriano Rodrigues; SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo,** Maringá, v. 5, n. 1, p.115-137, maio 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MALUF, Sônia Weidner. Gênero, saúde, aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: MALUF, Sônia Weidner; TORNQUIST, Carmen Susana. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. Cap. 1. p. 21-67.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **La soledad de América Latina.** Discurso de aceptación de prêmio Nobel de literatura. 1982.

MENDONÇA, Heloísa. Viver com 413 reais ao mês, a realidade de metade do Brasil. **El País Brasil,** São Paulo, 4 nov. 2019. Economia, p. sem página. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/30/economia/1572454880_959970.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas.** São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

_____. **Dialética radical do Brasil negro.** 2ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

_____. **O racismo como arma ideológica de dominação.** Revista Princípios. 1994.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1989.

OSORIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio [Coord]. **América Latina e os desafios da globalização.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Estado, biopoder, exclusión:** análisis desde la lógica del capital. Barcelona: Anthropos/UAM, 2012a.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERRREIRA, Carla et al. (Orgs). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RAMALHO, José Ricardo. INTRODUÇÃO: A Sociologia do Trabalho em exercícios de atualização. **Revista de Ciências Sociais:** Política trabalho, João Pessoa, n. 41, p.13-20, out. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/issue/view/1543>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Holocausto ou Navio Negreiro?”: inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. In: **Argumentum**, Vitória (ES), v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez.2018a. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483/15672>>. Acesso em: 02. jul. 2019.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Trabalho, gênero e saúde mental:** contribuições para a profissionalização do cuidado feminino. São Paulo: Cortez, 2018b.

PASSOS, Rachel Gouveia; PEREIRA, Melissa de Oliveira. Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e feminismos:** discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. Cap. 1. p. 25-45.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p.167-175, jul. 2006.

PRADO, Fernando Corrêa. História de um não-debate: a trajetória da Teoria Marxista da Dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p. 68-94. 2010.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005. pp.227-278. Disponível em: Acesso em 08 dez. 2019.

RIBEIRO. Darcy. **América Latina:** a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

_____. **As Américas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROCHA, Mirella Farias. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo Comparativo entre Brasil e Venezuela.** 2009. 249 f. Dissertação

(Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. **CAPITALISMO DEPENDENTE E SERVIÇO SOCIAL: Crítica à Formação Social Brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras Contradições.** 2017. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 112, p.672-688, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000400004>.

SAÚDE, Organização Mundial da; PAN-AMERICANA, Organização. **Depression and Other Common Mental Disorders: global health estimates.** Geneva: Who Publications, 2017. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf;jsessionid=40F8654C9F4B74435EB10464D9181B72?sequence=1>>. Acesso em: 29 set. 2019.

SILVA, M. LÚCIA DA. Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. IN: KON, N.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. (org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise.** Editora Perspectiva, São Paulo, 2017.

SILVA, Maicon Cláudio da. **O ESTADO EM SEU LABIRINTO: A particularidade do Estado na América Latina.** 2018. 47 f. Projeto de Qualificação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018a.

SILVA, Paloma Alves dos Santos da et al. Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados entre idosos de um município do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.639-646, fev. 2018b. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018232.12852016>.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo.** São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Graal Editora, 2ª edição, 1983a.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, Trabalho e Racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil.** 2019. 231 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019b.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. **Revista da ABPN**, Uberlândia, v. 10, n. 24, p.241-259, nov. 2017.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** 2016. 338 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD->

ADQHWL/tesefinaltraspadiniufmgabril2016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02. jul. 2019.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Trad. Denise Bottmann; prefácio Rafael Vivar Marquese. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras 2012.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 116, p.743-768, out. 2013. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n116/09.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, Brasília, v. 20, n. 2, p.267-279, 11 jul. 2012.

APÊNDICE A – Ficha de apontamento para trabalhos científicos

Quadro 1 – Modelo A

FICHA N°. _____
Nome do Evento:
Ano:
Título do artigo:
Autor:
Tema:
Objetivo do artigo:
Principais ideias:
Concepção de saúde mental:
Referências utilizadas para definir saúde mental:
Concepção de trabalho:
Referências utilizadas para definir trabalho:
Outras informações:

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).